



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

**DECRETO N.º 55.240, DE 10 DE MAIO DE 2020.**  
**(atualizado até o [Decreto n.º 55.819, de 1.º de abril de 2021](#))**

Institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

**Art. 1.º** Fica reiterado o estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) declarado pelo Decreto n.º [55.128](#), de 19 de março de 2020, reconhecido pela Assembleia Legislativa por meio do Decreto Legislativo n.º [11.220](#), de 19 de março de 2020, e reiterado pelo Decreto n.º [55.154](#), de 1.º de abril de 2020.

~~**Art. 2.º** As medidas de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) de que trata a Lei Federal n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, no âmbito do território do Estado do Rio Grande do Sul, observarão as normas do Sistema de Distanciamento Controlado estabelecidas neste Decreto.~~

**Art. 2.º** As medidas de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19), no âmbito do território do Estado do Rio Grande do Sul, observarão as normas e medidas sanitárias do Sistema de Distanciamento Controlado estabelecidas neste Decreto, com fundamento na Lei Federal n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. **(Redação dada pelo Decreto n.º [55.699/20](#))**

**Art. 3.º** O Distanciamento Controlado consiste em sistema que, por meio do uso de metodologias e tecnologias que permitam o constante monitoramento da evolução da epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) e das suas consequências sanitárias, sociais e econômicas, estabelece, com base em evidências científicas e em análise estratégica das informações, um conjunto de medidas destinadas a preveni-las e a enfrentá-las de modo gradual e proporcional, observando segmentações regionais do sistema de saúde e segmentações setorializadas das atividades econômicas, tendo por objetivo a preservação da vida e a promoção da saúde pública e da dignidade da pessoa humana, em equilíbrio com os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e com a necessidade de se assegurar o desenvolvimento econômico e social da população gaúcha.

**Parágrafo único.** O Sistema de Distanciamento Controlado de que trata este Decreto será permanentemente monitorado, atualizado e aperfeiçoado com base em evidências científicas e em análises estratégicas das informações por um Conselho de especialistas designados pelo Governador do Estado para estudar e propor medidas para o seu aperfeiçoamento.

CAPÍTULO I  
DO SISTEMA DE MONITORAMENTO DA EVOLUÇÃO DA EPIDEMIA DE COVID-19



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

**Art. 4.º** O monitoramento da evolução da epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) será feito com a avaliação de onze indicadores destinados a mensurar a propagação da COVID-19 e a capacidade de atendimento do sistema de saúde.

§ 1.º A propagação da COVID-19, com peso total 5 (cinco), será avaliada por meio de sete indicadores vinculados a três medidas, observados os seguintes pesos:

I - Velocidade do Avanço, com peso total 1,5 (um e meio), será mensurada por meio dos seguintes indicadores, cada um com peso 0,375 (trezentos e setenta e cinco décimos):

~~a) número de casos novos confirmados, na Região, nos últimos sete dias, dividido pelo número de casos novos confirmados, na Região, nos sete dias anteriores;~~

a) número de hospitalizações de pacientes confirmados para COVID-19, na Região de residência, registradas nos últimos sete dias, dividido pelo número de hospitalizações de pacientes confirmados para COVID-19, na Região de residência, registradas nos sete dias anteriores; (Redação dada pelo Decreto n.º 55.270/20)

b) número de internados por SRAG (Síndrome Respiratória Aguda Grave) em UTI (Unidade Intensiva de Tratamento), na Macrorregião, no último dia, dividido pelo número de internados por SRAG em UTI, na Macrorregião, sete dias atrás;

c) número de Pacientes COVID-19 confirmados em leitos clínicos na Macrorregião no último dia, dividido pelo número de Pacientes COVID-19 confirmados em leitos clínicos na Macrorregião em sete dias atrás;

d) número de Pacientes COVID-19 confirmados em leitos UTI na Macrorregião no último dia, dividido pelo número de Pacientes COVID-19 confirmados em leitos UTI na Macrorregião em sete dias atrás.

~~II - Estágio de Evolução, com peso total 1 (um), será mensurado por meio de indicador correspondente ao número total de casos ativos na Região até o último dia, dividido pelo número total de casos recuperados na Região nos últimos cinquenta dias.~~

II - Estágio de Evolução, com peso total 1 (um), será mensurado por meio de indicador correspondente ao número total de casos ativos na Região na última semana, dividido pelo número total de casos recuperados na Região nos cinquenta dias anteriores ao início da semana. (Redação dada pelo Decreto n.º 55.309/20)

III - Incidência de Novos Casos sobre a População, com peso total 2,5 (dois e meio), será mensurada por meio dos seguintes indicadores, cada um com peso 1,25 (um inteiro e vinte e cinco décimos):

~~a) número de casos confirmados na Região nos últimos sete dias, para cada cem mil habitantes;~~

a) número de hospitalizações de pacientes confirmados para COVID-19, na Região de residência, registradas nos últimos sete dias, para cada cem mil habitantes; (Redação dada pelo Decreto n.º 55.270/20)

~~b) número de óbitos na Região nos últimos sete dias, para cada cem mil habitantes.~~

b) número projetado de óbitos na Região para o período de uma semana, para cada cem mil habitantes. (Redação dada pelo Decreto n.º 55.309/20)

§ 2.º A capacidade de atendimento do sistema de saúde, com peso total 5 (cinco), será avaliada por meio de quatro indicadores vinculados a duas medidas, observados os seguintes pesos:

I - Capacidade de Atendimento, com peso total 2,5 (dois e meio), será mensurada por meio dos seguintes indicadores, cada um com peso 1,25 (um inteiro e vinte e cinco décimos):



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

~~a) número de leitos de UTI disponíveis para atender COVID-19 na Macrorregião no último dia, para cada cem mil idosos;~~

a) número de leitos de UTI livres para atender COVID-19 na Macrorregião dividido pelo número de leitos de UTI ocupados por pacientes de COVID-19 na Macrorregião no último dia de mensuração; (Redação dada pelo Decreto n.º 55.309/20)

~~b) número de leitos de UTI disponíveis para atender COVID-19 no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul no último dia;~~

b) número de leitos de UTI livres para atender COVID-19 no Estado dividido pelo número de leitos de UTI ocupados por pacientes de COVID-19 no Estado no último dia de mensuração. (Redação dada pelo Decreto n.º 55.309/20)

II - Mudança da Capacidade de Atendimento, com peso total 2,5 (dois e meio), será mensurada por meio dos seguintes indicadores, cada um com peso 1,25 (um inteiro e vinte e cinco décimos):

~~a) número de leitos de UTI disponíveis para atender COVID-19 na Macrorregião no último dia, dividido pelo número de leitos de UTI disponíveis para atender COVID-19 na Macrorregião em sete dias atrás;~~

a) número de leitos de UTI livres para atender COVID-19 na Macrorregião no último dia, dividido pelo número de leitos de UTI livres para atender COVID-19 na Macrorregião sete dias atrás; (Redação dada pelo Decreto n.º 55.309/20)

~~b) número de leitos de UTI disponíveis para atender COVID-19 no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul no último dia, dividido pelo número de leitos de UTI disponíveis para atender COVID-19 no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul em sete dias atrás.~~

b) número de leitos de UTI livres para atender COVID-19 no âmbito do Estado no último dia, dividido pelo número de leitos de UTI livres para atender COVID-19 no âmbito do Estado sete dias atrás. (Redação dada pelo Decreto n.º 55.309/20)

§ 3.º Consideram-se casos ativos, para os fins do disposto neste Decreto, aqueles cujos testes foram coletados dentro dos quatorze dias anteriores à data de apuração e resultaram positivo, sem ter havido, no período apurado, óbito do paciente.

§ 4.º Consideram-se casos recuperados, para os fins do disposto neste Decreto, aqueles que, dentro dos cinquenta dias anteriores à data de apuração, completaram, com vida, quatorze dias após a data da coleta do exame que resultou positivo para COVID-19.

§ 5.º Consideram-se idosos, para os fins do disposto neste Decreto, as pessoas com sessenta anos de idade ou mais, conforme as estimativas populacionais do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria Estadual de Planejamento, Orçamento e Gestão para o ano de 2018.

~~§ 6.º Considerar-se-á, para fins de mensuração de casos confirmados, exclusivamente aqueles testados por meio do exame RT-PCR (“reverse transcriptase polymerase chain reaction”), ressalvada a contagem de número de óbitos, que considerará os casos confirmados pela Secretaria Estadual da Saúde, independentemente do método utilizado.~~

§ 6.º Considerar-se-á, para fins de mensuração de casos confirmados, exclusivamente aqueles testados por meio do exame RT-PCR (“reverse-transcriptase polymerase chain reaction”), ressalvada a contagem de número de óbitos e de hospitalizações, que considerará os casos confirmados pela Secretaria Estadual da Saúde, independentemente do método utilizado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

(Redação dada pelo Decreto n.º [55.270/20](#))

§ 7.º Sempre será somado um inteiro ao valor do denominador dos indicadores de que tratam os incisos I e II do § 1.º deste artigo.

§ 8.º Sempre que o valor do denominador dos indicadores de que trata o inciso II do § 2.º deste artigo for igual a zero, será somado um inteiro.

§ 9.º Os critérios, as medidas e os indicadores que compõem o sistema de monitoramento da evolução da epidemia de COVID-19, assim como seus pesos e bases, poderão ser modificados, excluídos, reduzidos ou ampliados, diante de evidências científicas que recomendem a sua atualização ou aperfeiçoamento.

§ 10. Será considerado, para fins de mensuração de leitos de UTI (Unidade de Tratamento Intensivo), exclusivamente aqueles destinados ou efetivamente utilizados por adultos. (Incluído pelo Decreto n.º [55.309/20](#))

§ 11. Será considerado, para os fins do disposto na alínea “b” do inciso III, como número projetado de óbitos, o resultado da multiplicação do inciso I, com o quadrado do resultado da fórmula estabelecida no inciso II, conforme segue: (Incluído pelo Decreto n.º [55.309/20](#))

~~I - o número de óbitos ocorridos nos últimos sete dias;~~ (Incluído pelo Decreto n.º [55.309/20](#))

I - o número de óbitos registrados nos últimos sete dias; (Redação dada pelo Decreto n.º [55.320/20](#))

II - o número de leitos de UTI ocupados por pacientes de COVID-19 na Macrorregião no último dia de mensuração dividido pelo número de leitos de UTI ocupados por pacientes de COVID-19 na Macrorregião sete dias antes do último dia de mensuração. (Incluído pelo Decreto n.º [55.309/20](#))

§ 12. Os pacientes não residentes na Macrorregião serão excluídos do número de internados por SRAG da Macrorregião em que estão internados, de que trata a alínea b) do inciso I do § 1.º deste artigo e do número de Pacientes COVID-19 confirmados em leitos UTI, de que trata a alínea d) do inciso I do § 1.º deste artigo e do inciso II do §11 deste artigo, sendo contabilizados no número de internados por SRAG e de Pacientes COVID-19 da Macrorregião de sua residência. (Incluído pelo Decreto n.º [55.414/20](#))

§ 13. Os leitos ocupados por pacientes não residentes na Macrorregião serão considerados no número de leitos de UTI livres para atender COVID-19, de que tratam a alínea a) do inciso I e a alínea a) do inciso II do § 2.º deste artigo, sendo contabilizados como leitos ocupados na Macrorregião de sua residência (Incluído pelo Decreto n.º [55.414/20](#))

§ 14 Excepcionalmente, em períodos de possíveis subregistros de notificações, os dados regionais utilizados para formação dos indicadores poderão ser replicados conforme os apurados na semana anterior. (Incluído pelo Decreto n.º [55.765/21](#))



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

**Art. 5.º** O resultado da mensuração dos indicadores de que trata o art. 4.º deste Decreto serão classificados, conforme o escore, em quatro Bandeiras, correspondentes às cores Amarela, Laranja, Vermelha e Preta, as quais serão utilizadas para a aplicação, gradual e proporcional, de um conjunto de medidas destinadas à prevenção e ao enfrentamento da epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19), observados os seguintes critérios:

~~I — os indicadores de que trata o inciso I do § 1.º do art. 4.º serão classificados da seguinte forma:~~

~~a) Bandeira Amarela, quando o escore apurado for igual ou superior a zero e inferior a um;~~

~~b) Bandeira Laranja, quando o escore apurado for igual ou superior a um e inferior a um e meio;~~

~~c) Bandeira Vermelha, quando o escore apurado for igual ou superior a um e meio e inferior a dois e meio;~~

~~d) Bandeira Preta, quando o escore apurado for igual ou superior a dois e meio.~~

~~I — o indicador de que trata a alínea “a” do inciso I do § 1.º do art. 4.º será classificado da seguinte forma: (Redação dada pelo Decreto n.º [55.270/20](#))~~

~~a) Bandeira Amarela, quando o escore apurado for igual ou superior a zero e inferior a um; (Redação dada pelo Decreto n.º [55.270/20](#))~~

~~b) Bandeira Laranja, quando o escore apurado for igual ou superior a um e inferior a um e meio; (Redação dada pelo Decreto n.º [55.270/20](#))~~

~~c) Bandeira Vermelha, quando o escore apurado for igual ou superior a um e meio e inferior a dois; (Redação dada pelo Decreto n.º [55.270/20](#))~~

~~d) Bandeira Preta, quando o escore apurado for igual ou superior a dois. (Redação dada pelo Decreto n.º [55.270/20](#))~~

~~I - os indicadores de que tratam as alíneas “a” e “c” do inciso I do § 1.º do art. 4.º serão classificados da seguinte forma: (Redação dada pelo Decreto n.º [55.309/20](#))~~

~~a) Bandeira Amarela, quando o escore apurado for igual ou superior a zero e inferior a um inteiro e cinco centésimos; (Redação dada pelo Decreto n.º [55.309/20](#))~~

~~b) Bandeira Laranja, quando o escore apurado for igual ou superior a um inteiro e cinco centésimos e inferior a um inteiro e dois décimos; (Redação dada pelo Decreto n.º [55.309/20](#))~~

~~b) Bandeira Laranja, quando o escore apurado for igual ou superior a um inteiro e cinco centésimos e inferior a um inteiro e um décimo; (Redação dada pelo Decreto n.º [55.414/20](#))~~

~~c) Bandeira Vermelha, quando o escore apurado for igual ou superior a um inteiro e dois décimos e inferior a um e meio; (Redação dada pelo Decreto n.º [55.309/20](#))~~

~~c) Bandeira Vermelha, quando o escore apurado for igual ou superior a um inteiro e um décimo e inferior a um inteiro e vinte e cinco centésimos; (Redação dada pelo Decreto n.º [55.414/20](#))~~

~~d) Bandeira Preta, quando o escore apurado for igual ou superior a um e meio. (Redação dada pelo Decreto n.º [55.309/20](#))~~

~~d) Bandeira Preta, quando o escore apurado for igual ou superior a um inteiro e vinte e cinco centésimos. (Redação dada pelo Decreto n.º [55.414/20](#))~~

~~I A — o indicador de que trata a alínea “b” do inciso I do § 1.º do art. 4.º será classificado da seguinte forma: (Incluído pelo Decreto n.º [55.270/20](#))~~

~~I A — os indicadores de que tratam as alíneas “b”, “c” e “d” do inciso I do § 1.º do art. 4.º serão classificados da seguinte forma: (Redação dada pelo Decreto n.º [55.285/20](#))~~

~~a) Bandeira Amarela, quando o escore apurado for igual ou superior a zero e inferior a~~



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

~~um;~~ (Incluído pelo Decreto n.º [55.270/20](#))

~~b) Bandeira Laranja, quando o escore apurado for igual ou superior a um e inferior a um e meio;~~ (Incluído pelo Decreto n.º [55.270/20](#))

~~c) Bandeira Vermelha, quando o escore apurado for igual ou superior a um e meio e inferior a dois e meio;~~ (Incluído pelo Decreto n.º [55.270/20](#))

~~d) Bandeira Preta, quando o escore apurado for igual ou superior a dois e meio.~~ (Incluído pelo Decreto n.º [55.270/20](#))

I-A – o indicador de que trata a alínea “b” do inciso I do § 1.º do art. 4.º será classificado da seguinte forma: (Redação dada pelo Decreto n.º [55.309/20](#))

a) Bandeira Amarela, quando o escore apurado for igual ou superior a zero e inferior a um inteiro e cinco centésimos; (Redação dada pelo Decreto n.º [55.309/20](#))

~~b) Bandeira Laranja, quando o escore apurado for igual ou superior a um inteiro e cinco centésimos e inferior a um inteiro e três décimos;~~ (Redação dada pelo Decreto n.º [55.309/20](#))

b) Bandeira Laranja, quando o escore apurado for igual ou superior a um inteiro e cinco centésimos e inferior a um inteiro e um décimo; (Redação dada pelo Decreto n.º [55.414/20](#))

~~c) Bandeira Vermelha, quando o escore apurado for igual ou superior a um inteiro e três décimos e inferior a um e meio;~~ (Redação dada pelo Decreto n.º [55.309/20](#))

c) Bandeira Vermelha, quando o escore apurado for igual ou superior a um inteiro e um décimo e inferior a um inteiro e vinte e cinco centésimos; (Redação dada pelo Decreto n.º [55.414/20](#))

~~d) Bandeira Preta, quando o escore apurado for igual ou superior a um e meio.~~ (Redação dada pelo Decreto n.º [55.309/20](#))

d) Bandeira Preta, quando o escore apurado for igual ou superior a um inteiro e vinte e cinco centésimos. (Redação dada pelo Decreto n.º [55.414/20](#))

I-B - o indicador de que trata a alínea “d” do inciso I do § 1.º do art. 4.º será classificado da seguinte forma: (Incluído pelo Decreto n.º [55.309/20](#))

a) Bandeira Amarela, quando o escore apurado for igual ou superior a zero e inferior a um inteiro e cinco centésimos; (Incluído pelo Decreto n.º [55.309/20](#))

b) Bandeira Laranja, quando o escore apurado for igual ou superior a um inteiro e cinco centésimos e inferior a um inteiro e um décimo; (Incluído pelo Decreto n.º [55.309/20](#))

c) Bandeira Vermelha, quando o escore apurado for igual ou superior a um inteiro e um décimo e inferior a um inteiro e vinte e cinco décimos; (Incluído pelo Decreto n.º [55.309/20](#))

d) Bandeira Preta, quando o escore apurado for igual ou superior a um inteiro e vinte e cinco décimos. (Incluído pelo Decreto n.º [55.309/20](#))

II - o indicador de que trata o inciso II do § 1.º do art. 4.º será classificado da seguinte forma:

a) Bandeira Amarela, quando o escore apurado for igual ou superior a zero e inferior a vinte e cinco centésimos;

b) Bandeira Laranja, quando o escore apurado for igual ou superior a vinte e cinco centésimos e inferior a cinquenta centésimos;

c) Bandeira Vermelha, quando o escore apurado for igual ou superior a cinquenta centésimos e inferior a setenta e cinco centésimos;

d) Bandeira Preta, quando o escore apurado for igual ou superior a setenta e cinco centésimos.

~~III – o indicador de que trata a alínea “a” do inciso III do § 1.º do art. 4.º serão classificados da seguinte forma:~~



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

~~a) Bandeira Amarela, quando o escore apurado for igual ou superior a zero e inferior a dois e meio;~~

a) Bandeira Amarela, quando o escore apurado for igual ou superior a zero e inferior a um e meio; (Redação dada pelo Decreto n.º 55.270/20)

~~b) Bandeira Laranja, quando o escore apurado for igual ou superior a dois e meio e inferior a cinco;~~

b) Bandeira Laranja, quando o escore apurado for igual ou superior a um e meio e inferior a três e meio; (Redação dada pelo Decreto n.º 55.270/20)

~~c) Bandeira Vermelha, quando o escore apurado for igual ou superior a cinco e inferior a quinze;~~

c) Bandeira Vermelha, quando o escore apurado for igual ou superior a três e meio e inferior a seis; (Redação dada pelo Decreto n.º 55.270/20)

~~d) Bandeira Preta, quando o escore apurado for igual ou superior a quinze.~~

d) Bandeira Preta, quando o escore apurado for igual ou superior a seis. (Redação dada pelo Decreto n.º 55.270/20)

III - o indicador de que trata a alínea “a” do inciso III do § 1.º do art. 4.º será classificado da seguinte forma: (Redação dada pelo Decreto n.º 55.309/20)

~~a) Bandeira Amarela, quando o escore apurado for igual ou superior a zero e inferior a um e meio; (Redação dada pelo Decreto n.º 55.309/20)~~

a) Bandeira Amarela, quando o escore apurado for igual ou superior a zero e inferior a dois e meio; (Redação dada pelo Decreto n.º 55.414/20)

~~b) Bandeira Laranja, quando o escore apurado for igual ou superior a um e meio e inferior a três; (Redação dada pelo Decreto n.º 55.309/20)~~

b) Bandeira Laranja, quando o escore apurado for igual ou superior a dois e meio e inferior a cinco; (Redação dada pelo Decreto n.º 55.414/20)

~~c) Bandeira Vermelha, quando o escore apurado for igual ou superior a três e inferior a cinco; (Redação dada pelo Decreto n.º 55.309/20)~~

c) Bandeira Vermelha, quando o escore apurado for igual ou superior a cinco e inferior a sete e meio; (Redação dada pelo Decreto n.º 55.414/20)

~~d) Bandeira Preta, quando o escore apurado for igual ou superior a cinco. (Redação dada pelo Decreto n.º 55.309/20)~~

d) Bandeira Preta, quando o escore apurado for igual ou superior a sete e meio. (Redação dada pelo Decreto n.º 55.414/20)

~~IV - o indicador de que trata a alínea “b” do inciso III do § 1.º do art. 4.º serão classificados da seguinte forma:~~

~~a) Bandeira Amarela, quando o escore apurado for igual ou superior a zero e inferior a quinze centésimos;~~

~~b) Bandeira Laranja, quando o escore apurado for igual ou superior a quinze centésimos e inferior a um;~~

~~c) Bandeira Vermelha, quando o escore apurado for igual ou superior a um e inferior a dois e meio;~~

~~d) Bandeira Preta, quando o escore apurado for igual ou superior a dois e meio.~~

IV - o indicador de que trata a alínea “b” do inciso III do § 1.º do art. 4.º será classificado da seguinte forma: (Redação dada pelo Decreto n.º 55.309/20)

~~a) Bandeira Amarela, quando o escore apurado for igual ou superior a zero e inferior a vinte e cinco décimos; (Redação dada pelo Decreto n.º 55.309/20)~~



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

a) Bandeira Amarela, quando o escore apurado for igual ou superior a zero e inferior a cinco décimos; ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.414/20](#))

~~b) Bandeira Laranja, quando o escore apurado for igual ou superior a vinte e cinco décimos e inferior a seis décimos; ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.309/20](#))~~

b) Bandeira Laranja, quando o escore apurado for igual ou superior a cinco décimos e inferior a um e meio; ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.414/20](#))

~~e) Bandeira Vermelha, quando o escore apurado for igual ou superior a seis décimos e inferior a um; ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.309/20](#))~~

c) Bandeira Vermelha, quando o escore apurado for igual ou superior a um e meio e inferior a três; ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.414/20](#))

~~d) Bandeira Preta, quando o escore apurado for igual ou superior a um. ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.309/20](#))~~

d) Bandeira Preta, quando o escore apurado for igual ou superior a três. ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.414/20](#))

V - o indicador de que trata a alínea “a” do inciso I do § 2.º do art. 4.º serão classificados da seguinte forma:

~~a) Bandeira Amarela, quando o escore apurado for superior a trinta;~~

~~a) Bandeira Amarela, quando o escore apurado for superior a quatro; ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.309/20](#))~~

a) Bandeira Amarela, quando o escore apurado for superior a dois; ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.414/20](#))

~~b) Bandeira Laranja, quando o escore apurado for igual ou inferior a trinta e superior a dez;~~

~~b) Bandeira Laranja, quando o escore apurado for igual ou inferior a quatro e superior a dois inteiros e trinta e cinco décimos; ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.309/20](#))~~

b) Bandeira Laranja, quando o escore apurado for igual ou inferior a dois e superior a um e meio; ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.414/20](#))

~~e) Bandeira Vermelha, quando o escore apurado for igual ou inferior a dez e superior a dois e meio;~~

~~e) Bandeira Vermelha, quando o escore apurado for igual ou inferior a dois inteiros e trinta e cinco décimos e superior a um e meio; ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.309/20](#))~~

c) Bandeira Vermelha, quando o escore apurado for igual ou inferior a um e meio e superior a um inteiro; ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.414/20](#))

~~d) Bandeira Preta, quando o escore apurado for igual ou inferior a dois e meio.~~

~~d) Bandeira Preta, quando o escore apurado for igual ou inferior a um e meio. ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.309/20](#))~~

d) Bandeira Preta, quando o escore apurado for igual ou inferior a um inteiro. ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.414/20](#))

VI - o indicador de que trata a alínea “b” do inciso I do § 2.º do art. 4.º serão classificados da seguinte forma:

~~a) Bandeira Amarela, quando o escore apurado for superior a setecentos;~~

~~a) Bandeira Amarela, quando o escore apurado for superior a quatro; ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.309/20](#))~~

a) Bandeira Amarela, quando o escore apurado for superior a dois; ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.414/20](#))

~~b) Bandeira Laranja, quando o escore apurado for igual ou inferior a setecentos e superior a quatrocentos;~~



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

~~b) Bandeira Laranja, quando o escore apurado for igual ou inferior a quatro e superior a dois inteiros e trinta e cinco décimos; (Redação dada pelo Decreto n.º 55.309/20)~~

b) Bandeira Laranja, quando o escore apurado for igual ou inferior a dois e superior a um e meio; (Redação dada pelo Decreto n.º 55.414/20)

~~e) Bandeira Vermelha, quando o escore apurado for igual ou inferior a quatrocentos e superior a duzentos;~~

~~e) Bandeira Vermelha, quando o escore apurado for igual ou inferior a dois inteiros e trinta e cinco décimos e superior a um e meio; (Redação dada pelo Decreto n.º 55.309/20)~~

c) Bandeira Vermelha, quando o escore apurado for igual ou inferior a um e meio e superior a um inteiro; (Redação dada pelo Decreto n.º 55.414/20)

~~d) Bandeira Preta, quando o escore apurado for igual ou inferior a duzentos.~~

~~d) Bandeira Preta, quando o escore apurado for igual ou inferior a um e meio. (Redação dada pelo Decreto n.º 55.309/20)~~

d) Bandeira Preta, quando o escore apurado for igual ou inferior a um inteiro. (Redação dada pelo Decreto n.º 55.414/20)

VII - o indicador de que trata a alínea “a” do inciso II do § 2.º do art. 4.º serão classificados da seguinte forma:

~~a) Bandeira Amarela, quando o escore apurado for superior a um inteiro e um milésimo;~~

a) Bandeira Amarela, quando o escore apurado for igual ou superior a noventa centésimos; (Redação dada pelo Decreto n.º 55.482/20)

~~b) Bandeira Laranja, quando o escore apurado for igual ou inferior a um inteiro e um milésimo e superior a setenta e cinco centésimos;~~

~~b) Bandeira Laranja, quando o escore apurado for igual ou inferior a um inteiro e um milésimo e superior a oitenta centésimos; (Redação dada pelo Decreto n.º 55.309/20)~~

b) Bandeira Laranja, quando o escore apurado for inferior a noventa centésimos e igual ou superior a oitocentos e vinte e cinco milésimos; (Redação dada pelo Decreto n.º 55.482/20)

~~e) Bandeira Vermelha, quando o escore apurado for igual ou inferior a setenta e cinco centésimos e superior a cinquenta centésimos;~~

~~e) Bandeira Vermelha, quando o escore apurado for igual ou inferior a oitenta centésimos e superior a setenta centésimos; (Redação dada pelo Decreto n.º 55.309/20)~~

c) Bandeira Vermelha, quando o escore apurado for inferior a oitocentos e vinte e cinco milésimos e igual ou superior a setenta e cinco centésimos; (Redação dada pelo Decreto n.º 55.482/20)

~~d) Bandeira Preta, quando o escore apurado for igual ou inferior a cinquenta centésimos.~~

~~d) Bandeira Preta, quando o escore apurado for igual ou inferior a setenta centésimos. (Redação dada pelo Decreto n.º 55.309/20)~~

d) Bandeira Preta, quando o escore apurado for inferior a setenta e cinco centésimos. (Redação dada pelo Decreto n.º 55.482/20)

VIII - o indicador de que trata a alínea “b” do inciso II do § 2.º do art. 4.º serão classificados da seguinte forma:

~~a) Bandeira Amarela, quando o escore apurado for superior a um inteiro e um milésimo;~~

a) Bandeira Amarela, quando o escore apurado for igual ou superior a noventa centésimos; (Redação dada pelo Decreto n.º 55.482/20)

~~b) Bandeira Laranja, quando o escore apurado for igual ou inferior a um inteiro e um milésimo e superior a setenta e cinco centésimos;~~

~~b) Bandeira Laranja, quando o escore apurado for igual ou inferior a um inteiro e um milésimo e superior a noventa e cinco centésimos; (Redação dada pelo Decreto n.º 55.309/20)~~



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

b) Bandeira Laranja, quando o escore apurado for inferior a noventa centésimos e igual ou superior a oitocentos e vinte e cinco milésimos; ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.482/20](#))

~~e) Bandeira Vermelha, quando o escore apurado for igual ou inferior a setenta e cinco centésimos e superior a sessenta centésimos;~~

~~e) Bandeira Vermelha, quando o escore apurado for igual ou inferior a noventa e cinco centésimos e superior a oitenta centésimos; ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.309/20](#))~~

c) Bandeira Vermelha, quando o escore apurado for inferior a oitocentos e vinte e cinco milésimos e igual ou superior setenta e cinco centésimos; ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.482/20](#))

~~d) Bandeira Preta, quando o escore apurado for igual ou inferior a sessenta centésimos.~~

~~d) Bandeira Preta, quando o escore apurado for igual ou inferior a oitenta centésimos. ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.309/20](#))~~

d) Bandeira Preta, quando o escore apurado for inferior a setenta e cinco centésimos. ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.482/20](#))

§ 1.º Serão considerados, para o cálculo da média ponderada das bandeiras dos indicadores, os seguintes fatores:

I - Bandeira Amarela equivale a zero;

II - Bandeira Laranja equivale a um;

III - Bandeira Vermelha equivale a dois;

IV - Bandeira Preta equivale a três.

~~§ 2.º Para fins de cálculo da média ponderada, arredondar-se-ão para o número inteiro superior as frações iguais ou maiores do que cinco décimos e para o número inteiro inferior as frações menores do que cinco décimos.~~

§ 2.º Para fins de cálculo da média ponderada, arredondar-se-ão para o número inteiro superior as frações maiores do que cinco décimos e para o número inteiro inferior as frações iguais ou menores do que cinco décimos. ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.460/20](#))

**Art. 6.º** Cada Região de que trata o § 2.º do art. 8.º será classificada, semanalmente, em uma Bandeira Final, a qual será definida a partir da média ponderada das Bandeiras dos indicadores, respeitados os respectivos pesos, da seguinte forma:

I - Bandeira Final Amarela, quando a média ponderada arredondada for igual a zero;

II - Bandeira Final Laranja, quando a média ponderada arredondada for igual a um;

III - Bandeira Final Vermelha, quando a média ponderada arredondada for igual a dois;

IV - Bandeira Final Preta, quando a média ponderada arredondada for igual a três.

~~**Parágrafo único.** Serão classificadas na Bandeira Final imediatamente anterior as Regiões que, nos quatorze dias anteriores à apuração, tiverem registro de número igual ou inferior a cinco novos casos confirmados.~~

~~**Parágrafo único.** Serão classificadas na Bandeira Final imediatamente anterior as Regiões que, nos quatorze dias anteriores à apuração, tiverem registro de número igual ou inferior a cinco novas hospitalizações de pacientes confirmados para COVID-19. ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.270/20](#))~~

§ 1.º Serão classificadas na Bandeira Final imediatamente anterior à qual faria jus em razão do escore, as Regiões que, nos quatorze dias anteriores à apuração, tiverem registro de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

número igual ou inferior a três novas hospitalizações de pacientes confirmados para COVID-19. [\(Renumerado e redação dada pelo Decreto n.º 55.309/20\)](#)

~~§ 2.º Uma vez classificada na Bandeira Final Preta ou Vermelha, observado o disposto no § 1.º, a Região somente poderá ser reclassificada para bandeira menos restritiva após preencher os requisitos para tal reclassificação por pelo menos dois períodos consecutivos de mensuração de que trata o art. 7.º deste Decreto. [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.309/20\)](#)~~

~~§ 2.º Uma vez classificada na Bandeira Final Preta ou Vermelha, por dois períodos consecutivos ou alternados, dentro do prazo de vinte e um dias, observado o disposto no § 1.º, a Região somente poderá ser reclassificada para bandeira menos restritiva após preencher os requisitos para tal reclassificação por pelo menos dois períodos consecutivos de mensuração de que trata o art. 7.º deste Decreto. [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.320/20\)](#) [\(REVOGADO pelo Decreto n.º 55.460/20\)](#)~~

§ 3.º Ressalvadas as hipóteses previstas no § 2.º deste artigo, sempre que os resultados da mensuração dos indicadores de que trata o inciso I do art. 7.º deste Decreto apontarem para a modificação da Bandeira Final de determinada Região para uma menos restritiva, esta terá a vigência inicial de que trata o inciso V do art. 7.º deste Decreto antecipada para a zero hora do sábado imediatamente posterior. [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.321/20\)](#)

§ 4.º O Gabinete de Crise para o Enfrentamento da Epidemia de COVID19 de que trata o art. 1.º do Decreto n.º [55.129](#), de 19 de março de 2020, diante da análise pormenorizada dos elementos fáticos e técnicos apurados na mensuração dos indicadores de que trata o art. 4.º deste Decreto, considerando o necessário equilíbrio entre os princípios estabelecidos no art. 3.º deste Decreto, afastará a aplicação do disposto no § 2.º deste artigo, sempre que as circunstâncias gerais e as peculiaridades de cada Região indicarem-na como excessivamente gravosa. [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.368/20\)](#)

§ 5.º A região será classificada em Bandeira Vermelha, independente do valor da média ponderada das Bandeiras de todos os indicadores, quando, cumulativamente: [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.703/21\)](#)

a) o escore apurado do indicador de que trata a alínea a) do inciso I do § 2.º do art. 4.º deste Decreto for menor ou igual a 0,8 (oito décimos); e [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.703/21\)](#)

b) o indicador de que trata a alínea a) do inciso III do § 1.º do art. 4.º deste Decreto for classificado em Bandeira Vermelha ou Preta, conforme inciso III do art. 5.º deste Decreto. [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.703/21\)](#)

§ 6.º A região será classificada em Bandeira Preta, independente do valor da média ponderada das Bandeiras de todos os indicadores, quando, cumulativamente: [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.703/21\)](#)

a) o escore apurado do indicador de que trata a alínea a) do inciso I do § 2.º do art. 4.º deste Decreto for menor ou igual a 0,3 (três décimos); e [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.703/21\)](#)

b) o indicador de que trata a alínea a) do inciso III do § 1.º do art. 4.º deste Decreto for classificado em Bandeira Preta, conforme inciso III do art. 5.º deste Decreto. [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.703/21\)](#)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

§ 7.º Serão classificadas, obrigatoriamente, em Bandeira Final Preta as 21 regiões de que trata o § 2º do art. 8º deste Decreto, sempre que a razão de leitos UTI livres para atender COVID-19 sobre leitos UTI ocupados por pacientes COVID-19 for menor ou igual a 0,35 (trinta e cinco centésimos) em âmbito estadual. (Incluído pelo Decreto n.º [55.782/21](#))

~~Art. 7.º A divulgação dos resultados da mensuração dos indicadores ocorrerá semanalmente, sempre aos sábados, e a Bandeira Final em que classificada cada Região vigorará da zero hora da segunda-feira imediatamente posterior até as vinte e quatro horas do domingo seguinte.~~

Art. 7.º A divulgação dos resultados da mensuração dos indicadores ocorrerá semanalmente, observados os seguintes prazos: (Redação dada pelo Decreto n.º [55.320/20](#))

I - serão divulgados, sempre às sextas-feiras, na rede mundial de computadores no sítio eletrônico <https://distanciamentocontrolado.rs.gov.br>, com registro de data e horário, os resultados da mensuração dos indicadores, tendo por base os dados levantados até a quinta-feira imediatamente anterior; (Redação dada pelo Decreto n.º [55.320/20](#))

~~II - a divulgação de que trata o inciso I deste artigo dará início ao prazo de quarenta e oito horas corridas para a apresentação de pedido de reconsideração, conforme o disposto nos §§ 1.º a 4.º deste artigo; (Redação dada pelo Decreto n.º [55.320/20](#))~~

II - a divulgação de que trata o inciso I deste artigo dará início ao prazo de trinta e seis horas corridas para a apresentação de pedido de reconsideração, conforme o disposto nos §§ 1.º a 4.º deste artigo; (Redação dada pelo Decreto n.º [55.331/20](#))

III - os pedidos de reconsideração de que trata o inciso II deste artigo serão apreciados pelo Gabinete de Crise para o Enfrentamento da Epidemia de COVID19 de que trata o art. 1.º do Decreto [55.129](#), de 19 de março de 2020, em reunião ordinária a se realizar na segunda-feira subsequente; (Redação dada pelo Decreto n.º [55.320/20](#))

IV - apreciados os pedidos de reconsideração pelo Gabinete de Crise, serão consolidados os resultados da mensuração de que trata o inciso I deste artigo e divulgadas, no sítio eletrônico <https://distanciamentocontrolado.rs.gov.br>, as Bandeiras Finais em que classificada cada Região; (Redação dada pelo Decreto n.º [55.320/20](#))

V - as Bandeiras Finais em que classificada cada Região vigorarão da zero hora da terça-feira imediatamente posterior até as vinte e quatro horas da segunda-feira seguinte. (Redação dada pelo Decreto n.º [55.320/20](#))

§ 1.º Dos resultados da mensuração dos indicadores de que trata o inciso I deste artigo caberá pedido de reconsideração que deverá ser formulado pelas Associações Regionais de Municípios interessadas, no prazo de que trata o inciso II deste artigo, em requerimento fundamentado dirigido ao Gabinete de Crise para o Enfrentamento da Epidemia de COVID19 de que trata o art. 1.º do Decreto [55.129](#), de 19 de março de 2020, por meio exclusivamente eletrônico, conforme indicado no sítio eletrônico <https://distanciamentocontrolado.rs.gov.br>. (Redação dada pelo Decreto n.º [55.320/20](#))

§ 2.º Excepcionalmente, em face de justificado conflito de interesse com a Associação Regional de Municípios a que esteja filiado, poderão ser admitidos pedidos de reconsideração de que trata o § 1.º interpostos diretamente pelos Municípios interessados. (Redação dada pelo Decreto n.º [55.320/20](#))



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

§ 3.º Os pedidos de reconsideração deverão indicar expressamente as razões de fato ou técnicas que fundamentam a alteração postulada do resultado da mensuração dos indicadores, acompanhados de documentos comprobatórios das alegações. (Redação dada pelo Decreto n.º [55.320/20](#))

§ 4.º O Gabinete de Crise para o Enfrentamento da Epidemia de COVID19 de que trata o art. 1.º do Decreto [55.129](#), de 19 de março de 2020, apreciará os pedidos de reconsideração observando, além dos elementos fáticos e técnicos apresentados, as circunstâncias gerais e as peculiaridades do caso, considerando o equilíbrio entre os princípios estabelecidos no art. 3.º deste Decreto e podendo, para tanto, determinar diligências e solicitar apoio técnico aos Comitês e ao Centro de Operação de Emergência- COVID 19 (COE COVID19) de que tratam, respectivamente, os arts. 3.º e 5.º do Decreto [55.129](#), de 19 de março de 2020, sempre que entender necessário para a apreciação dos pedidos de reconsideração. (Redação dada pelo Decreto n.º [55.320/20](#))

CAPÍTULO II  
DA SEGMENTAÇÃO REGIONAL DO SISTEMA DE  
DISTANCIAMENTO CONTROLADO

~~Art. 8.º Para os fins do disposto neste Decreto, o território do Estado do Rio Grande do Sul será segmentado em sete Macrorregiões, compostas pelos Municípios correspondentes às Macrorregiões da Saúde, e vinte Regiões correspondentes ao agrupamento das trinta Regiões da Saúde e respectivos Municípios integrantes, conforme definido no Quadro I do Anexo II da Resolução n.º 188, de 15 de junho de 2018, da Comissão Intergestores Bipartite/RS - CIB/RS da Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul.~~

Art. 8.º Para os fins do disposto neste Decreto, o território do Estado do Rio Grande do Sul será segmentado em sete Macrorregiões, compostas pelos Municípios correspondentes às Macrorregiões da Saúde, e vinte e uma Regiões correspondentes ao agrupamento das trinta Regiões da Saúde e respectivos Municípios integrantes, conforme definido no Quadro I do Anexo II da Resolução n.º 188, de 15 de junho de 2018, da Comissão Intergestores Bipartite/RS - CIB/RS da Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. (Redação dada pelo Decreto n.º [55.428/20](#))

§ 1.º As sete Macrorregiões, correspondentes às Macrorregiões da Saúde, são as seguintes:

- I - Centro-Oeste;
- II - Metropolitana;
- III - Missioneira;
- IV - Norte;
- V - Serra;
- VI - Sul;
- VII - Vales.

~~§ 2.º As vinte Regiões, correspondentes ao agrupamento das trinta Regiões da Saúde, denominadas a partir do Município de maior população, são as seguintes:~~

- ~~I - Santa Maria, correspondente ao agrupamento das Regiões da Saúde R01 e R02;~~
- ~~II - Uruguaiana, correspondente à Região da Saúde R03;~~



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

- ~~III – Capão da Canoa, correspondente ao agrupamento das Regiões da Saúde R04 e R05;~~  
~~IV – Taquara, correspondente à Região da Saúde R06;~~  
~~V – Novo Hamburgo, correspondente à Região da Saúde R07;~~  
~~VI – Canoas, correspondente à Região da Saúde R08;~~  
~~VII – Porto Alegre, correspondente ao agrupamento das Regiões da Saúde R09 e R10;~~  
~~VIII – Santo Ângelo, correspondente à Região da Saúde R11;~~  
~~IX – Cruz Alta, correspondente à Região da Saúde R12;~~  
~~X – Ijuí, correspondente à Região da Saúde R13;~~  
~~XI – Santa Rosa, correspondente à Região da Saúde R14;~~  
~~XII – Palmeira das Missões, correspondente ao agrupamento das Regiões da Saúde R15 e R20;~~  
~~XIII – Erechim, correspondente à Região da Saúde R16;~~  
~~XIV – Passo Fundo, correspondente ao agrupamento das Regiões da Saúde R17, R18 e R19;~~  
~~XV – Pelotas, correspondente à Região da Saúde R21;~~  
~~XVI – Bagé, correspondente à Região da Saúde R22;~~  
~~XVII – Caxias do Sul, correspondente ao agrupamento das Regiões da Saúde R23, R24, R25 e R26;~~  
~~XVIII – Cachoeira do Sul, correspondente à Região da Saúde R27;~~  
~~XIX – Santa Cruz do Sul, correspondente à Região da Saúde R28;~~  
~~XX – Lajeado, correspondente ao agrupamento das Regiões da Saúde R29 e R30.~~

§ 2.º As vinte e uma Regiões, correspondentes ao agrupamento das trinta Regiões da Saúde, denominadas a partir do Município de maior população, são as seguintes: [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.428/20\)](#)

I - Santa Maria, correspondente ao agrupamento das Regiões da Saúde R01 e R02; [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.428/20\)](#)

II - Uruguaiana, correspondente à Região da Saúde R03; [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.428/20\)](#)

III - Capão da Canoa, correspondente ao agrupamento das Regiões da Saúde R04 e R05; [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.428/20\)](#)

IV - Taquara, correspondente à Região da Saúde R06; [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.428/20\)](#)

V - Novo Hamburgo, correspondente à Região da Saúde R07; [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.428/20\)](#)

VI - Canoas, correspondente à Região da Saúde R08; [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.428/20\)](#)

VII - Guaíba, à correspondente à Região da Saúde R09; [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.428/20\)](#)

VIII - Porto Alegre, correspondente à Região da Saúde R10; [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.428/20\)](#)

IX - Santo Ângelo, correspondente à Região da Saúde R11; [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.428/20\)](#)

X - Cruz Alta, correspondente à Região da Saúde R12; [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.428/20\)](#)

XI - Ijuí, correspondente à Região da Saúde R13; [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.428/20\)](#)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

XII - Santa Rosa, correspondente à Região da Saúde R14; (Redação dada pelo Decreto n.º [55.428/20](#))

XIII - Palmeira das Missões, correspondente ao agrupamento das Regiões da Saúde R15 e R20; (Redação dada pelo Decreto n.º [55.428/20](#))

XIV - Erechim, correspondente à Região da Saúde R16; (Redação dada pelo Decreto n.º [55.428/20](#))

XV - Passo Fundo, correspondente ao agrupamento das Regiões da Saúde R17, R18 e R19; (Redação dada pelo Decreto n.º [55.428/20](#))

XVI - Pelotas, correspondente à Região da Saúde R21; (Redação dada pelo Decreto n.º [55.428/20](#))

XVII - Bagé, correspondente à Região da Saúde R22; (Redação dada pelo Decreto n.º [55.428/20](#))

XVIII - Caxias do Sul, correspondente ao agrupamento das Regiões da Saúde R23, R24, R25 e R26; (Redação dada pelo Decreto n.º [55.428/20](#))

XIX - Cachoeira do Sul, correspondente à Região da Saúde R27; (Redação dada pelo Decreto n.º [55.428/20](#))

XX - Santa Cruz do Sul, correspondente à Região da Saúde R28; (Redação dada pelo Decreto n.º [55.428/20](#))

XXI - Lajeado, correspondente ao agrupamento das Regiões da Saúde R29 e R30. (Redação dada pelo Decreto n.º [55.428/20](#))

### CAPÍTULO III

#### DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À EPIDEMIA DE COVID-19

**Art. 9.º** As autoridades públicas deverão e os cidadãos poderão exigir o cumprimento das medidas e providências necessárias para a prevenção e o enfrentamento à epidemia de COVID-19, observado o disposto neste Decreto.

~~**Art. 10.** Ficam determinadas, diante das evidências científicas e análises sobre as informações estratégicas em saúde, com fundamento no art. 3.º da Lei Federal n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul, as medidas de prevenção e de enfrentamento à epidemia de COVID-19 definidas neste Decreto, de aplicação obrigatória, observadas a graduação, proporcionalidade e segmentação nele estabelecidas.~~

**Art. 10.** Ficam determinadas, diante das evidências científicas e análises sobre as informações estratégicas em saúde, com fundamento no inciso XX do art. 15 e nos incisos IV, V e VII do art. 17 da Lei Federal n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul, as medidas de prevenção e de enfrentamento à epidemia de COVID-19 definidas neste Decreto, de aplicação obrigatória, observadas a graduação, proporcionalidade e segmentação nele estabelecidas. (Redação dada pelo Decreto n.º [55.699/20](#))

**Art. 11.** As medidas de prevenção e de enfrentamento à epidemia de COVID-19 definidas neste Decreto classificam-se em:

I - permanentes: de aplicação obrigatória em todo o território estadual independentemente da Bandeira Final aplicável à Região;

II - segmentadas: de aplicação obrigatória nas Regiões, conforme a respectiva Bandeira Final, com intensidades e amplitudes variáveis, definidas em Protocolos específicos para cada setor.



**Parágrafo único.** Sempre que necessário, diante de evidências científicas ou análises sobre as informações estratégicas em saúde, poderá o Governador do Estado estabelecer medidas extraordinárias para fins de prevenção ou enfrentamento à epidemia de COVID-19, bem como alterar o período e o âmbito de abrangência das medidas estabelecidas neste Decreto.

## **Seção I**

### **Das Medidas Sanitárias Permanentes**

**Art. 12.** São medidas sanitárias permanentes, de adoção obrigatória por todos, para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia de COVID-19, dentre outras:

I - a observância do distanciamento social, restringindo a circulação, as visitas e as reuniões presenciais de qualquer tipo ao estritamente necessário;

II - a observância de cuidados pessoais, sobretudo da lavagem das mãos, antes e após a realização de quaisquer tarefas, com a utilização de produtos assépticos, como sabão ou álcool em gel setenta por cento, bem como da higienização, com produtos adequados, dos instrumentos domésticos e de trabalho;

III - a observância de etiqueta respiratória, cobrindo a boca com o antebraço ou lenço descartável ao tossir ou espirrar;

IV - a observância do distanciamento interpessoal mínimo de dois metros, evitando-se a formação de aglomerações de pessoas nos recintos ou nas áreas internas e externas de circulação ou de espera, bem como nas calçadas, portarias e entradas dos prédios e estabelecimentos, públicos ou privados.

## **Subseção I**

### **Das medidas sanitárias permanentes nos estabelecimentos**

**Art. 13.** São de cumprimento obrigatório, em todo o território estadual, independentemente da Bandeira Final de cada Região, por todo e qualquer estabelecimento destinado a utilização simultânea por várias pessoas, de natureza pública ou privada, comercial ou industrial, fechado ou aberto, com atendimento a público amplo ou restrito, devendo o responsável cumpri-las e, quando for o caso, exigir o seu cumprimento pelos empregados, clientes ou usuários, as seguintes medidas permanentes de prevenção à epidemia de COVID-19:

~~I - determinar a utilização de máscara facial pelos empregados e exigir a sua utilização por clientes e usuários, para ingresso e permanência no interior do recinto;~~

I - determinar a utilização de máscara facial pelos empregados e exigir a sua utilização por clientes e usuários, para ingresso e permanência no interior do recinto, conforme o disposto no art. 15 deste Decreto; ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.285/20](#))

II - higienizar, após cada uso, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, as superfícies de toque (mesas, equipamentos, cardápios, teclados, etc.), preferencialmente com álcool em gel setenta por cento ou outro produto adequado;

III - higienizar, preferencialmente após cada utilização ou, no mínimo, a cada três horas, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, os pisos, as paredes, os forro e o banheiro, preferencialmente com água sanitária ou outro produto adequado;

IV - manter à disposição, na entrada no estabelecimento e em local de fácil acesso, álcool em gel setenta por cento, para a utilização dos clientes e dos funcionários do local;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

V - manter locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar condicionados limpos (filtros e dutos) e, obrigatoriamente, manter pelo menos uma janela externa aberta ou qualquer outra abertura, contribuindo para a renovação de ar;

VI - manter disponível "kit" completo de higiene de mãos nos sanitários de clientes, usuários e funcionários, utilizando sabonete líquido, álcool em gel setenta por cento e toalhas de papel não reciclado;

VII - manter louças e talheres higienizados e devidamente individualizados de forma a evitar a contaminação cruzada;

~~VIII - adotar sistemas de escalas, de revezamento de turnos e de alterações de jornadas, para reduzir fluxos, contatos e aglomerações de seus funcionários;~~

VIII - adotar medidas para reduzir fluxos, contatos e aglomerações de seus funcionários; (Redação dada pelo Decreto n.º 55.285/20)

~~IX - diminuir o número de mesas ou estações de trabalho ocupadas no estabelecimento de forma a aumentar a separação entre elas, diminuindo o número de pessoas no local e garantindo o distanciamento interpessoal de, no mínimo, dois metros;~~

IX - adotar as providências necessárias para assegurar o distanciamento mínimo de dois metros entre as pessoas (trabalhadores, clientes, usuários, etc.) presentes, simultaneamente, nas dependências ou áreas de circulação ou de permanência do estabelecimento, inclusive por meio de revezamento, de redução do número de mesas ou de estações de trabalho, dentre outras medidas cabíveis; (Redação dada pelo Decreto n.º 55.247/20)

X - fazer a utilização, se necessário, do uso de senhas ou outro sistema eficaz para evitar filas ou aglomeração de pessoas;

XI - dispor de protetor salivar eficiente nos serviços ou refeitórios com sistema de "buffet";

~~XII - manter fixado, em local visível aos clientes e funcionários, de informações sanitárias sobre higienização e cuidados para a prevenção à COVID-19;~~

XII - manter afixados na entrada do estabelecimento e em locais estratégicos, de fácil visualização, cartazes contendo: (Redação dada pelo Decreto n.º 55.247/20)

a) informações sanitárias sobre higienização e cuidados para a prevenção à COVID-19; (Redação dada pelo Decreto n.º 55.247/20)

b) indicação do teto de ocupação e do teto de operação, quando aplicável; (Redação dada pelo Decreto n.º 55.247/20)

XIII - instruir seus empregados acerca da obrigatoriedade da adoção de cuidados pessoais, sobretudo da lavagem das mãos ao fim de cada turno, da utilização de produtos assépticos durante o desempenho de suas tarefas, como álcool em gel setenta por cento, da manutenção da limpeza dos instrumentos de trabalho, bem como do modo correto de relacionamento com o público no período de emergência de saúde pública decorrente da COVID-19;

~~XIV - afastar, imediatamente, em quarentena, pelo prazo mínimo de quatorze dias, das atividades em que haja contato com outros funcionários ou com o público todos os empregados que apresentem sintomas de contaminação pela COVID-19, conforme o disposto no art. 45 deste Decreto, assim bem como aqueles que tenham contato ou convívio direto com caso suspeito ou confirmado;~~

XIV - encaminhar, imediatamente, para atendimento médico os empregados que apresentem sintomas de contaminação pelo novo Coronavírus (COVID-19), conforme o disposto no art. 45 deste Decreto, ou que tenham contato domiciliar com caso suspeito ou confirmado, determinando o afastamento do trabalho pelo período mínimo de quatorze dias ou conforme



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

determinação médica, ressalvados os casos em que haja protocolos específicos de testagem e de retorno à atividade daqueles que tenham resultado negativo. ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.285/20](#))

~~**Parágrafo único.** O distanciamento interpessoal mínimo de dois metros de que trata o inciso IX deste artigo pode ser reduzido para o mínimo de um metro no caso de utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs adequados para evitar contaminação e transmissão do novo Coronavírus.~~

§ 1.º O distanciamento interpessoal mínimo de dois metros de que trata o inciso IX deste artigo pode ser reduzido para o mínimo de um metro no caso de utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs adequados para evitar contaminação e transmissão do novo Coronavírus. ([Renumerado pelo Decreto n.º 55.247/20](#))

§ 2.º Compreende-se por teto de ocupação o número máximo permitido de pessoas presentes, simultaneamente, no interior de um estabelecimento, conforme as normas de Prevenção e Proteção Contra Incêndio, observado, adicionalmente, o disposto no inciso IX do caput e § 1.º deste artigo. ([Incluído pelo Decreto n.º 55.247/20](#))

§ 3.º Compreende-se por teto de operação o número máximo permitido de trabalhadores presentes, simultaneamente, no ambiente de trabalho, conforme definido em cada protocolo. ([Incluído pelo Decreto n.º 55.247/20](#))

§ 4.º O teto de operação de que trata o § 3.º observará normas específicas para os casos de alojamentos, transportes e templos religiosos. ([Incluído pelo Decreto n.º 55.247/20](#))

**Subseção II**  
**Das medidas sanitárias permanentes no transporte**

**Art. 14.** São de cumprimento obrigatório, em todo o território estadual, independentemente da Bandeira Final de cada Região, por todos os operadores do sistema de mobilidade, concessionários e permissionários do transporte coletivo e seletivo por lotação, bem como por todos os responsáveis por veículos do transporte coletivo e individual, público e privado, de passageiros, inclusive os de aplicativos, quando permitido o seu funcionamento, devendo o responsável cumpri-las e, quando for o caso, exigir o seu cumprimento pelos empregados, clientes ou usuários, as seguintes medidas permanentes de prevenção à epidemia de COVID-19:

I - observar e fazer observar a obrigatoriedade, para ingresso e permanência nos veículos, do uso de máscaras de proteção facial por qualquer pessoa, em especial pelos passageiros, motoristas, cobradores e quaisquer outros empregados ou usuários;

II - realizar limpeza minuciosa diária dos veículos com utilização de produtos que impeçam a propagação do vírus como álcool líquido setenta por cento, solução de água sanitária, quaternário de amônio, biguanida ou glucoprotamina;

III - realizar limpeza rápida das superfícies e pontos de contato com as mãos dos usuários, como roleta, bancos, balaústres, pega-mão, corrimão e apoios em geral, com álcool líquido setenta por cento a cada viagem no transporte individual e, no mínimo, a cada turno no transporte coletivo;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

IV - realizar limpeza rápida com álcool líquido setenta por cento dos equipamentos de pagamento eletrônico (máquinas de cartão de crédito e débito), após cada utilização;

V - disponibilizar, em local de fácil acesso aos passageiros, preferencialmente na entrada e na saída dos veículos, de álcool em gel setenta por cento;

VI - manter, durante a circulação, as janelas e alçapões de teto abertos para manter o ambiente arejado, sempre que possível;

VII - manter higienizado o sistema de ar-condicionado;

~~VIII - manter fixado, em local visível aos clientes e funcionários, de informações sanitárias sobre higienização e cuidados para a prevenção à COVID-19;~~

VIII - manter afixados, em local visível aos usuários, cartazes contendo: [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.285/20\)](#)

a) as informações sanitárias sobre higienização e cuidados para a prevenção o novo Coronavírus (COVID-19); [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.285/20\)](#)

b) a indicação da lotação máxima, quando aplicável; [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.285/20\)](#)

IX - utilizar, preferencialmente, para a execução do transporte e montagem da tabela horária, veículos que possuam janelas passíveis de abertura (janelas não lacradas), utilizando os demais veículos apenas em caso de necessidade e para fins de atendimento pleno da programação de viagens;

X - instruir seus empregados acerca da obrigatoriedade da adoção de cuidados pessoais, sobretudo da lavagem das mãos ao fim de cada viagem realizada, da utilização de produtos assépticos durante a viagem, como álcool em gel setenta por cento, da manutenção da limpeza dos veículos, bem como do modo correto de relacionamento com os usuários no período de emergência de saúde pública decorrente da COVID-19;

~~XI - afastar, imediatamente, em quarentena, pelo prazo mínimo de quatorze dias, das atividades em que haja contato com outros funcionários ou com o público todos os empregados que apresentem sintomas de contaminação pela COVID-19, conforme o disposto no art. 45 deste Decreto, assim bem como aqueles que tenham contato ou convívio direto com caso suspeito ou confirmado;~~

XI - encaminhar, imediatamente, para atendimento médico os empregados que apresentem sintomas de contaminação pelo novo Coonavírus (COVID-19), conforme o disposto no art. 45 deste Decreto, ou que tenham contato domiciliar com caso suspeito ou confirmado, determinando o afastamento do trabalho pelo período mínimo de quatorze dias ou conforme determinação médica, ressalvados os casos em que haja protocolos específicos de testagem e de retorno à atividade daqueles que tenham resultado negativo; [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.285/20\)](#)

XII - observar e fazer observar a obrigatoriedade, para ingresso e permanência nos veículos, do uso de máscaras de proteção facial por qualquer pessoa, em especial pelos passageiros, motoristas, cobradores e quaisquer outros empregados ou usuários;

~~XIII - observar as regras, em especial a determinação de lotação máxima, definidas nos Protocolos das medidas sanitárias segmentadas, aplicáveis à respectiva Região.~~

XIII - observar as regras, em especial a determinação de lotação máxima, definidas nos Protocolos das medidas sanitárias segmentadas, quando aplicáveis. [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.285/20\)](#)

**Subseção III**  
**Do uso obrigatório de máscara de proteção facial**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

~~**Art. 15.** Fica determinado o uso obrigatório de máscara de proteção facial sempre que se estiver em recinto coletivo, compreendido como local destinado a permanente utilização simultânea por várias pessoas, fechado ou aberto, privado ou público, bem como nas suas áreas de circulação, nas vias públicas e nos meios de transporte.~~

**Art. 15.** Fica determinado o uso obrigatório de máscara de proteção facial sempre que estiver em recinto coletivo fechado, de natureza privada ou pública, compreendido como local de acesso público o destinado à permanente utilização simultânea por várias pessoas, bem como nas suas respectivas áreas de circulação. (Redação dada pelo Decreto n.º [55.285/20](#))

~~**Parágrafo único.** Incluem-se nas disposições deste artigo, dentre outros locais assemelhados:~~ (Redação dada pelo Decreto n.º [55.285/20](#))

§ 1.º Incluem-se nas disposições deste artigo, dentre outros locais assemelhados: I - os hospitais e os postos de saúde; (Renumerado pelo Decreto n.º [55.346/20](#))

I - os hospitais e os postos de saúde; (Redação dada pelo Decreto n.º [55.285/20](#))

II - os elevadores e as escadas, inclusive rolantes; (Redação dada pelo Decreto n.º [55.285/20](#))

III - as repartições públicas; (Redação dada pelo Decreto n.º [55.285/20](#))

IV - as salas de aula, as bibliotecas, os recintos de trabalho coletivo, as salas de teatro e o cinema, quando permitido o seu funcionamento; (Redação dada pelo Decreto n.º [55.285/20](#))

V - os veículos de transporte público, coletivo e individual, bem como os veículos de transporte privado de passageiros por meio de aplicativos; (Redação dada pelo Decreto n.º [55.285/20](#))

VI - as aglomerações de três ou mais pessoas, ainda que em ambiente aberto ou em via pública, tais como paradas de ônibus, filas, parques, praças, orlas, calçadas, escadarias e corredores. (Redação dada pelo Decreto n.º [55.285/20](#))

VII - ônibus, aeronaves ou embarcações de uso coletivo fretados. (Incluído pelo Decreto n.º [55.346/20](#))

§ 2.º A máscara a que se refere o “caput” deste artigo pode ser artesanal ou industrial e sua utilização deve obrigatoriamente manter boca e nariz cobertos. (Incluído pelo Decreto n.º [55.346/20](#))

§ 3.º A obrigação prevista no “caput” deste artigo será dispensada no caso de pessoas com transtorno do espectro autista, com deficiência intelectual, com deficiências sensoriais ou com quaisquer outras deficiências que as impeçam de fazer o uso adequado de máscara de proteção facial, conforme declaração médica, que poderá ser obtida por meio digital, bem como no caso de crianças com menos de três anos de idade. (Incluído pelo Decreto n.º [55.346/20](#))

§ 4.º As concessionárias e empresas de transporte público deverão atuar em colaboração com o Poder Público na fiscalização do cumprimento das normas de utilização obrigatória de máscaras de proteção facial, podendo inclusive vedar, nos terminais e meios de transporte por elas operados, a entrada de passageiros em desacordo com as normas estabelecidas pelo respectivo poder concedente. (Incluído pelo Decreto n.º [55.346/20](#))

**Subseção IV**  
**Do atendimento exclusivo para grupos de risco**



**Art. 16.** Os estabelecimentos comerciais deverão fixar horários ou setores exclusivos para atender os clientes com idade igual ou superior a sessenta anos e aqueles de grupos de risco, conforme autodeclaração, evitando ao máximo a exposição ao contágio pelo COVID-19 (novo Coronavírus).

#### **Subseção V** **Da vedação de elevação de preços**

**Art. 17.** Fica proibido aos produtores e aos fornecedores de bens ou de serviços essenciais à saúde, à higiene e à alimentação de elevar, excessivamente, o seu preço ou exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva, em decorrência da epidemia de COVID-19 (novo Coronavírus).

#### **Subseção VI** **Do estabelecimento de limites quantitativos no comércio**

**Art. 18.** Fica determinado que os fornecedores e comerciantes estabeleçam limites quantitativos para a aquisição de bens essenciais à saúde, à higiene e à alimentação, sempre que necessário para evitar o esvaziamento do estoque de tais produtos.

#### **Seção II** **Das Medidas Sanitárias Segmentadas**

**Art. 19.** As medidas sanitárias segmentadas, destinadas a prevenir e a enfrentar a evolução da epidemia de COVID-19, respeitando o equilíbrio entre o necessário para a promoção da saúde pública e a manutenção do desempenho das atividades econômicas, são definidas em Protocolos específicos, fixados pela Secretaria Estadual da Saúde, conforme o setor ou grupos de setores econômicos, e têm aplicação cogente no âmbito de todos os Municípios inseridos em cada Região de que trata o § 2.º do art. 8.º deste Decreto, fixados em diferentes graus de restrição, conforme a Bandeira Final em que classificada a Região, de acordo com o sistema de monitoramento de que tratam os artigos 4.º e 5.º deste Decreto.

**Art. 20.** As medidas sanitárias segmentadas são de aplicação cumulativa com aquelas definidas neste Decreto como medidas sanitárias permanentes, bem como com aquelas fixadas nas Portarias da Secretaria Estadual da Saúde e com as normas municipais vigentes.

**Art. 21.** Os Protocolos que definirem as medidas sanitárias segmentadas poderão estabelecer, dentre outros critérios de funcionamento para os estabelecimentos, públicos ou privados, comerciais ou industriais:

~~I - teto de operação, compreendido como o percentual máximo de pessoas, trabalhadores ou não, que podem estar presentes, ao mesmo tempo, em um mesmo ambiente de trabalho, fixado a partir do limite máximo de pessoas por espaço físico livre, conforme estabelecido no teto de ocupação;~~

I - teto de operação de que trata os §§ 3.º e 4.º do art. 13 deste Decreto; ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.247/20](#))

II - modo de operação;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

- III - horário de funcionamento;
- ~~IV - restrições específicas por atividades;~~
- IV - medidas variáveis, como o monitoramento de temperatura e a testagem dos trabalhadores, dentre outras; ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.285/20](#))
- ~~V - obrigatoriedade de monitoramento de temperatura; e~~
- ~~V - monitoramento de temperatura; e~~ ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.247/20](#))  
(REVOGADO pelo Decreto n.º [55.285/20](#))
- ~~VI - obrigatoriedade de testagem dos trabalhadores.~~
- ~~VI - testagem dos trabalhadores.~~ ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.247/20](#))  
(REVOGADO pelo Decreto n.º [55.285/20](#))

~~**Parágrafo único.** Não se aplica o disposto no inciso I do “caput” deste artigo aos estabelecimentos com três ou menos trabalhadores.~~ ([Incluído pelo Decreto n.º 55.247/20](#))

§ 1.º Não se aplica o disposto no inciso I do “caput” deste artigo aos estabelecimentos com três ou menos trabalhadores. ([Renumerado pelo Decreto n.º 55.285/20](#))

~~§ 2.º As medidas sanitárias segmentadas de que tratam os incisos I a IV do “caput” poderão ser, excepcionalmente, substituídas pelas medidas constantes de plano estruturado de prevenção e enfrentamento à epidemia do novo Coronavírus (COVID-19) instituído pelos Municípios que preencham, cumulativamente, os seguintes requisitos: ([Incluído pelo Decreto n.º 55.285/20](#))~~

~~I - estabeleçam plano estruturado de prevenção e enfrentamento à epidemia do novo Coronavírus (COVID-19), com medidas de proteção à saúde pública devidamente embasadas em evidências científicas, observadas as peculiaridades locais; ([Incluído pelo Decreto n.º 55.285/20](#))~~

~~II - observem as medidas sanitárias permanentes de que trata este Decreto e as normas da Secretaria Estadual da Saúde aplicáveis; e ([Incluído pelo Decreto n.º 55.285/20](#))~~

~~III - não estejam inseridos em Regiões classificadas como Bandeira Final Vermelha ou Preta. ([Incluído pelo Decreto n.º 55.285/20](#))~~

§ 2.º As medidas sanitárias segmentadas de que tratam os incisos I a IV do “caput” deste artigo poderão ser, excepcionalmente, substituídas pelas medidas constantes de plano estruturado de prevenção e enfrentamento à epidemia do novo Coronavírus (COVID-19) instituído pelos Municípios que preencham, cumulativamente, os seguintes requisitos: ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.435/20](#)) ([Vide Decreto n.º 55.771/21](#))

I - estabeleçam, por meio de Decreto municipal, plano estruturado de prevenção e enfrentamento à epidemia do novo Coronavírus (COVID-19), o qual deverá: ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.435/20](#))

a) conter medidas de proteção à saúde pública devidamente embasadas em evidências científicas, através de critérios epidemiológicos e sanitários, firmado por responsável técnico, médico ou profissional da vigilância em saúde há mais de dois anos, observadas as peculiaridades locais; ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.435/20](#))

b) observar as medidas sanitárias permanentes de que trata este Decreto e as normas da Secretaria Estadual da Saúde aplicáveis; ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.435/20](#))

c) prever protocolos de medidas segmentadas para quatro Bandeiras Finais, equivalentes às de que trata o art. 6.º deste Decreto, vedada a criação de nova classificação, as quais serão aplicadas de conformidade com a Bandeira Final definida para cada Região nos termos deste Decreto; ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.435/20](#))



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

d) estabelecer, nos protocolos de que trata a alínea “c” deste inciso, medidas segmentadas específicas, as quais deverão ter, como parâmetro mínimo, para as suas Bandeiras Finais Preta, Vermelha e Laranja, as restrições estabelecidas, no âmbito do Estado, nos termos do art. 19 deste Decreto, para a Bandeira Final imediatamente anterior, devendo a Bandeira Final Amarela observar, como restrições mínimas, aquelas fixadas no âmbito do Estado para a mesma Bandeira; [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.435/20\)](#)

~~e) conter compromisso de fiscalização quanto ao cumprimento dos protocolos a serem adotados.~~ [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.768/21\)](#)

e) conter compromisso de fiscalização para o cumprimento dos protocolos a serem adotados, mediante a aplicação de plano de trabalho da fiscalização municipal, que deverá ter como requisito mínimo a atuação de um fiscal para cada dois mil habitantes; [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.808/21\)](#)

II - comprovem ter obtido aprovação de pelo menos dois terços dos prefeitos da respectiva Região, de que trata o § 2.º do art. 8.º deste Decreto, para o estabelecimento e para modificação dos protocolos; [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.435/20\)](#)

~~III - divulguem o conteúdo do plano, dos protocolos e dos pareceres técnicos que o embasem, bem como planilha comparativa com os protocolos do Estado, no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal, com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência de sua vigência;~~ [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.435/20\)](#)

III - divulguem o conteúdo do plano, dos protocolos e dos pareceres técnicos que o embasem, bem como planilha comparativa com os protocolos do Estado, no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal; [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.645/20\)](#)

~~IV - enviem, por meio de sua representação regional, ao Gabinete de Crise para o Enfrentamento da Epidemia de COVID-19 (novo Coronavírus) de que trata o art. 1.º do Decreto n.º 55.129, de 19 de março de 2020, com, no mínimo, quarenta e oito horas de antecedência do início da vigência de seu plano, bem como de eventuais modificações, comunicação formal, a qual deverá;~~ [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.435/20\)](#)

IV - enviem, por meio de sua representação regional, ao Gabinete de Crise para o Enfrentamento da Epidemia de COVID-19 (novo Coronavírus) de que trata o art. 1º do Decreto nº 55.129, de 19 de março de 2020, antes do início da vigência de seu plano e de eventuais modificações, comunicação formal, a qual deverá: [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.645/20\)](#)

a) ser feita, exclusivamente, por meio eletrônico, conforme indicado no sítio eletrônico <https://distanciamentocontrolado.rs.gov.br>, mediante o envio integral do seu plano, acompanhado dos documentos e justificativas que embasem as medidas adotadas, conforme o disposto nos incisos I a III deste parágrafo, com a identificação dos responsáveis; [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.435/20\)](#)

b) informar quais municípios que adotarão os protocolos definidos na decisão colegiada da Região, de que trata o § 2.º do art. 8.º deste Decreto; [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.435/20\)](#)

c) informar o(s) sítio(s) eletrônico(s) em que divulgados os documentos de que trata o inciso III deste parágrafo, de modo a permitir a sua disponibilização no âmbito do sítio eletrônico <https://distanciamentocontrolado.rs.gov.br>. [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.435/20\)](#)

~~V - observem as medidas sanitárias segmentadas instituídas pelo Estado para as seguintes atividades: feiras e exposições corporativas ou comerciais; seminários, congressos, convenções, simpósios, conferências, palestras e similares; reuniões corporativas, oficinas, treinamentos e cursos corporativos; e quadras esportivas.~~ [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.495/20\)](#)

~~V - observem as medidas sanitárias segmentadas instituídas pelo Estado para as~~



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

~~seguintes atividades: feiras e exposições corporativas ou comerciais; seminários, congressos, convenções, simpósios, conferências, palestras e similares; reuniões corporativas, oficinas, treinamentos e cursos corporativos; e espetáculos e eventos sociais e de entretenimento; (Redação dada pelo Decreto n.º 55.669/20) (REVOGADO pelo Decreto n.º 55.675/20)~~

VI - comprovem a adequação de suas normativas ao disposto no Decreto n.º 55.465, de 5 de setembro de 2020, tratando como prioridade a adoção das medidas necessárias para a realização das atividades presenciais de ensino, de apoio pedagógico ou de cuidados a crianças e a adolescentes, no âmbito de sua rede de ensino. (Incluído pelo Decreto n.º 55.495/20)

VII - enviem ao Gabinete de Crise, o plano de trabalho da fiscalização municipal, de que trata a alínea e) do inciso I deste parágrafo, devendo renovar o envio sempre que houver atualização do plano de trabalho municipal. (Incluído pelo Decreto n.º 55.808/21)

~~§ 3.º Os Municípios que estabelecerem plano próprio, conforme o disposto no § 2.º deste artigo, deverão comunicar formalmente à Secretaria Estadual da Saúde, mediante o envio integral do seu plano, acompanhado dos documentos e justificativas que embasem as medidas adotadas, conforme o disposto no inciso I do § 2.º deste artigo, com a identificação dos responsáveis. (Incluído pelo Decreto n.º 55.285/20)~~

~~§ 3.º Os Municípios que estabelecerem plano próprio, conforme o disposto no § 2.º deste artigo, deverão comunicar formalmente à Secretaria Estadual da Saúde, exclusivamente por meio eletrônico, conforme indicado no sítio eletrônico <https://distanciamentocontrolado.rs.gov.br>, mediante o envio integral do seu plano, acompanhado dos documentos e justificativas que embasem as medidas adotadas, conforme o disposto no inciso I do § 2.º deste artigo, com a identificação dos responsáveis. (Redação dada pelo Decreto n.º 55.320/20)~~

§ 3.º Preenchidos os requisitos de que trata o § 2.º deste artigo, os Municípios da respectiva Região, de que trata o § 2.º do art. 8.º deste Decreto, deverão optar pela adoção dos protocolos estaduais definidos nos termos do art. 19 deste Decreto ou dos protocolos estabelecidos em decisão colegiada da respectiva Região, observado o quórum de dois terços de que trata o inciso II do § 2.º deste artigo, permitido o estabelecimento de medidas mais restritivas, conforme as peculiaridades locais. (Redação dada pelo Decreto n.º 55.435/20)

§ 4.º Quando as atividades de transporte de passageiros tiverem partida, trânsito ou chegada em diferentes regiões, observado o disposto no § 2.º do art. 8.º deste Decreto, será aplicado o protocolo correspondente à região cuja Bandeira Final seja mais restritiva. (Incluído pelo Decreto n.º 55.285/20)

~~§ 5.º Os Municípios localizados em Região classificada na Bandeira Final Vermelha poderão, excepcionalmente, mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, adotar as medidas sanitárias segmentadas correspondentes aos Protocolos definidos para a Bandeira Final Laranja, desde que preencham, cumulativamente, os seguintes requisitos: (Incluído pelo Decreto n.º 55.322/20)~~

§ 5.º Os Municípios localizados em Região classificada na Bandeira Final Preta ou Vermelha poderão, excepcionalmente, mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, adotar as medidas sanitárias segmentadas correspondentes aos Protocolos definidos para a bandeira imediatamente anterior a aquela definida para sua região, desde que preencham, cumulativamente, os seguintes requisitos: (Redação dada pelo Decreto n.º 55.645/20) (Vide Decreto n.º 55.771/21)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

I - não haja registro, nos quatorze dias anteriores à apuração, de qualquer hospitalização de munícipe seu confirmado para Covid-19; [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.322/20\)](#)

II - não haja registro, nos quatorze dias anteriores à apuração, de óbito de munícipe seu por Covid-19; e [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.322/20\)](#)

III - mantenham rigorosamente atualizados os seus registros junto aos sistemas oficiais SIVEP e E-SUS. [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.322/20\)](#)

§ 6.º A aplicação do disposto no § 5.º deste artigo não importará alteração da Bandeira Final do Município ou da respectiva Região em que inserido, a qual permanecerá, para todos os demais fins, no âmbito do sítio eletrônico de que trata o art. 22 deste Decreto, como Bandeira Final Vermelha. [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.322/20\)](#)

§ 7.º As medidas sanitárias segmentadas instituídas pelo Estado para feiras e exposições corporativas ou comerciais; seminários, congressos, convenções, simpósios, conferências, palestras e similares; reuniões corporativas, oficinas, treinamentos e cursos corporativos; e quadras esportivas, de que trata o inciso V do § 2.º deste artigo, poderão ser excepcionalizadas pelo Gabinete de Crise para o Enfrentamento da Epidemia de COVID-19, de que trata o art. 1.º do Decreto n.º [55.129](#), de 19 de março de 2020, desde que presentes circunstâncias fáticas e técnicas que o justifiquem, considerando o necessário equilíbrio entre os princípios estabelecidos no art. 3.º deste Decreto. [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.495/20\)](#)

~~§ 8.º Fica vedada a aplicação do disposto no § 2.º deste artigo aos Municípios que, por qualquer meio ou normativa, impeçam ou dificultem a realização de atividades presenciais de ensino, de apoio pedagógico ou de cuidados a crianças e adolescentes, quando estas estiverem de acordo com o disposto no Decreto n.º [55.465](#), de 5 de setembro de 2020. [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.514/20\)](#)~~

§ 8.º Fica vedada a realização de quaisquer atividades em feiras e exposições corporativas ou comerciais; seminários, congressos, convenções, simpósios, conferências, palestras e similares; reuniões corporativas, oficinas, treinamentos e cursos corporativos; quadras esportivas; teatros, auditórios, casas de shows, circos, casas de espetáculos e similares; cinemas; bem como a aplicação das normas de cogestão, de que trata o § 2.º deste artigo, no âmbito dos Municípios que: [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.538/20\)](#)

I - não comprovem a priorização absoluta da realização de atividades presenciais de ensino, de apoio pedagógico ou de cuidados a crianças e adolescentes no âmbito de suas redes de ensino; [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.538/20\)](#)

II - impeçam ou dificultem a realização de atividades presenciais de ensino, de apoio pedagógico ou de cuidados a crianças e adolescentes, no âmbito da rede privada de ensino, bem como do sistema estadual de educação, quando estas estiverem de acordo com o disposto no Decreto n.º [55.465](#), de 5 de setembro de 2020. [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.538/20\)](#)

§ 9.º Fica suspensa a aplicação do disposto no § 2.º deste artigo no período entre 1.º e 14 de dezembro de 2020, aplicando-se, neste período, exclusivamente as medidas sanitárias segmentadas de que tratam os incisos I a IV do “caput” deste artigo. [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.609/20\)](#)

§ 10. Os requerimentos de excepcionalização das medidas sanitárias segmentadas instituídas pelo Estado para feiras e exposições corporativas ou comerciais; seminários,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

congressos, convenções, simpósios, conferências, palestras e similares; reuniões corporativas, oficinas, treinamentos e cursos corporativos; espetáculos e eventos sociais e de entretenimento; e quadras esportivas, de que trata o inciso V do § 2.º, em face de circunstâncias fáticas e técnicas que o justifiquem, deverão ser instruídos, sob pena de ter seu seguimento negado, com a manifestação de análise prévia, a justificativa e a autorização do município sede ou da associação de municípios que represente a respectiva Região de que trata o § 2.º do art. 8.º deste Decreto. (Incluído pelo Decreto n.º [55.626/20](#))

§ 11. Serão considerados fiscais, para os fins do disposto na aliena e) do inciso I do § 2.º deste artigo, aqueles da área de vigilância sanitária, bem como demais servidores aos quais seja atribuído o desempenho das ações de fiscalização do plano de trabalho. (Incluído pelo Decreto n.º [55.808/21](#))

§ 12. Excepcionalmente, mediante justificativa, enquanto não plenamente implementado o disposto na alínea "e" do inciso I do § 2.º deste artigo, poderá o Município estabelecer outras medidas para a adequada fiscalização do cumprimento dos protocolos adotados. (Incluído pelo Decreto n.º [55.808/21](#))

§ 13. O Estado poderá prestar auxílio aos municípios para as ações do plano de fiscalização municipal, conforme estabelecido em ato da Secretária de Estado da Saúde. (Incluído pelo Decreto n.º [55.808/21](#))

**Art. 22.** Os Protocolos serão disponibilizados na rede mundial de computadores no sítio eletrônico <https://distanciamentocontrolado.rs.gov.br>.

#### CAPÍTULO IV DO FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS

**Art. 23.** Os estabelecimentos comerciais ou industriais situados no território do Estado do Rio Grande do Sul somente poderão ter o seu funcionamento ou a sua abertura para atendimento ao público autorizados se atenderem, cumulativamente:

- I - as medidas sanitárias permanentes de que trata este Decreto;
- II - as medidas sanitárias segmentadas vigentes para a Região em que situado o Município de funcionamento do estabelecimento;
- III - as normas específicas estabelecidas nas Portarias da Secretaria Estadual da Saúde;
- IV - as respectivas normas municipais vigentes.

#### CAPÍTULO V DAS ATIVIDADES E SERVIÇOS ESSENCIAIS

**Art. 24.** As medidas estaduais e municipais para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia de COVID-19 deverão resguardar o exercício e o funcionamento das atividades públicas e privadas essenciais, ficando vedado o seu fechamento.

§ 1.º São atividades públicas e privadas essenciais aquelas indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim consideradas aquelas que, se não atendidas, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população, tais como:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

- I - assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;
- II - assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;
- III - atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;
- IV - atividades de defesa civil;
- V - transporte de passageiros, observadas as normas específicas;
- VI - telecomunicações e internet;
- VII - serviço de “call center”;
- VIII - captação, tratamento e distribuição de água;
- IX - captação e tratamento de esgoto e de lixo;
- X - geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluídos:
  - a) o fornecimento de suprimentos para o funcionamento e a manutenção das centrais geradoras e dos sistemas de transmissão e distribuição de energia; e
  - b) as respectivas obras de engenharia;
- XI - iluminação pública;
- XII - produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio do comércio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, limpeza, alimentos, bebidas e materiais de construção;
- XIII - serviços funerários;
- XIV - guarda, uso e controle de substâncias, materiais e equipamentos com elementos tóxicos, inflamáveis, radioativos ou de alto risco, definidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, em atendimento aos requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios;
- XV - vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;
- XVI - prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doença dos animais;
- XVII - atividades de processamento do benefício do seguro-desemprego e de outros benefícios relacionados, por meio de atendimento presencial ou eletrônico, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde e da Secretaria Estadual da Saúde;
- XVIII - inspeção de alimentos, de produtos e de derivados de origem animal e vegetal;
- XIX - vigilância agropecuária;
- XX - controle e fiscalização de tráfego;
- XXI - serviços de pagamento, de crédito e de saque e de aporte prestados pelas instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil, obedecido, quanto ao atendimento ao público, o disposto no § 4.º deste artigo;
- XXII - serviços postais;
- XXIII - serviços de imprensa e as atividades a eles relacionados, por todos os meios de comunicação e de divulgação disponíveis, incluídos a radiodifusão de sons e de imagens, a internet, os jornais, as revistas, dentre outros;
- XXIV - serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados “data center” para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;
- XXV - produção e distribuição de numerário à população e manutenção da infraestrutura tecnológica do Sistema Financeiro Nacional e do Sistema de Pagamentos Brasileiro;
- XXVI - atividades de fiscalização em geral, em âmbito municipal e estadual;
- XXVII - produção de petróleo e produção, distribuição e comercialização de combustíveis, biocombustíveis, gás liquefeito de petróleo e demais derivados de petróleo;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

XXVIII - monitoramento de construções e de barragens que possam acarretar risco à segurança;

XXIX - levantamento e análise de dados geológicos com vistas à garantia da segurança coletiva, notadamente por meio de alerta de riscos naturais e de cheias e de inundações;

XXX - mercado de capitais e de seguros;

XXXI - serviços agropecuários, veterinários e de cuidados com animais em cativeiro;

XXXII - atividades médico-periciais;

XXXIII - produção, distribuição e comercialização de equipamentos, de peças e de acessórios para refrigeração, serviços de manutenção, conserto e reparos de aparelhos de refrigeração e climatização, de elevadores e de outros equipamentos essenciais ao transporte, à segurança e à saúde, bem como à produção, à industrialização e ao transporte de cargas, em especial de alimentos, medicamentos e de produtos de higiene;

XXXIV - atividades de pesquisa, científicas, laboratoriais ou similares, relacionadas com a pandemia de que trata este Decreto;

XXXV - atividades de representação judicial e extrajudicial, de assessoria e de consultoria jurídicas exercidas pelas advocacias públicas, relacionadas à prestação regular e tempestiva dos serviços públicos;

XXXVI - atividades relacionadas à construção, manutenção e conservação de estradas e de rodovias;

XXXVII - serviços de transporte, armazenamento, entrega e logística de cargas em geral;

XXXVIII - atividades desempenhadas pelo Corpo de Bombeiros Militar, inclusive as relativas à emissão ou à renovação de Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio – APPCI.

~~XXXIX - os cursos de formação profissional integrantes de concurso público para o ingresso nas carreiras vinculadas à Segurança Pública promovidos pelas Academias ou Escolas oficiais. (Incluído pelo Decreto n.º 55.299/20)~~

XXXIX - os cursos de formação profissional integrantes de concurso público para o ingresso nas carreiras vinculadas à Segurança Pública e à Administração Penitenciária promovidos pelas Academias ou Escolas oficiais; (Redação dada pelo Decreto n.º 55.819/21)

XL - atividades religiosas de qualquer natureza, obedecidas as determinações sanitárias expedidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais; e (Incluído pelo Decreto n.º 55.346/20)

XLI - unidades lotéricas. (Incluído pelo Decreto n.º 55.346/20)

XLII - atividades e exercícios físicos ministrados por profissional de Educação Física, quando realizados em espaços públicos ou em estabelecimentos prestadores de serviços destinados a essa finalidade, observadas as normativas próprias. (Incluído pelo Decreto n.º 55.806/21)

§ 2.º Também são consideradas essenciais, dentre outras, as seguintes atividades acessórias e de suporte indispensáveis às atividades e aos serviços de que trata o § 1.º:

I - atividades e serviços de limpeza, asseio e manutenção de equipamentos, instrumentos, vestimentas e estabelecimentos;

II - atividades e serviços de produção, de importação, de comercialização, de transporte, de disponibilização, de reparo, de conserto, de substituição e de conservação de equipamentos, implementos, maquinário ou qualquer outro tipo de instrumento, vestimentas e estabelecimentos;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

III - atividades e serviços de produção, de importação, de comercialização, de transporte e de disponibilização de todo e qualquer tipo de insumos, em especial os químicos, petroquímicos e plásticos;

IV - atividades e serviços de produção, de importação, de comercialização, de transporte e de disponibilização de todo e qualquer tipo de peças para reparo, conserto, manutenção ou conservação de equipamentos, de implementos, de maquinário ou de qualquer outro tipo de instrumento, de vestimentas e de estabelecimentos;

V - atividades e serviços de coleta, de processamento, de reciclagem, de reutilização, de transformação, de industrialização e de descarte de resíduos ou subprodutos de animais, tais como, dentre outros, curtumes e graxarias.

§ 3.º É vedada a restrição à circulação de trabalhadores que possa afetar o funcionamento das atividades e dos serviços essenciais de que trata este Decreto.

§ 4.º As autoridades estaduais ou municipais não poderão determinar o fechamento de agências bancárias, desde que estas adotem as providências necessárias para garantir um distanciamento interpessoal mínimo de dois metros entre seus clientes; observem as medidas de que trata o art. 13 deste Decreto; assegurem a utilização pelos funcionários encarregados de atendimento direto ao público do uso de Equipamento de Proteção Individual – EPI adequado; bem como estabeleçam horários, agendamentos ou setores exclusivos para atender os clientes com idade igual ou superior a sessenta anos e aqueles de grupos de risco, conforme autodeclaração.

§ 5.º Fica autorizada a abertura dos aeroclubes e dos aeródromos, inclusive dos seus serviços de manutenção e de fornecimento de combustível, para utilização de aeronaves privadas em missões humanitárias, vedada a realização de aulas ou cursos presenciais.

§ 6.º Ressalvado o disposto neste Decreto, as autoridades estaduais ou municipais não poderão determinar o fechamento dos seguintes serviços:

I - de manutenção, de reparos ou de consertos de veículos, de equipamentos e de pneumáticos;

II - dedicados à comercialização, distribuição e fornecimento de peças, combustíveis, alimentação e hospedagem a transportadores de cargas e de passageiros, especialmente os situados em estradas e rodovias, inclusive em zonas urbanas, desde que observadas, no que couber, as medidas de que trata o art. 13 deste Decreto;

III - aos estabelecimentos comerciais que forneçam insumos às atividades essenciais.

§ 7.º Fica autorizada a abertura dos estabelecimentos para a realização de vistorias e perícias pelo Corpo de Bombeiro Militar para fins de emissão ou renovação de Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio – APPCI.

§ 8.º Os estabelecimentos que realizem mais de um tipo de atividade deverão observar as limitações, horários, modalidades e protocolos para cada tipo de atividade, vedada a prestação de serviços ou a comercialização de produtos não-essenciais nos horários de funcionamento reservados às atividades essenciais. (Incluído pelo Decreto n.º [55.782/21](#))



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

§ 9.º Nos casos de que trata o § 8º, quando autorizada a comercialização apenas de bens essenciais, os produtos não-essenciais não poderão permanecer expostos à venda. (Incluído pelo Decreto n.º [55.782/21](#))

§ 10. São considerados produtos essenciais, dentre outros decorrentes do fixado nos §§ 1º, 2º e 6º, os bens relacionados à alimentação, à saúde e à higiene da população. (Incluído pelo Decreto n.º [55.782/21](#))

§ 11. A fiscalização acerca do cumprimento do disposto no § 8º poderá se dar a partir da análise das operações de venda realizadas pelos estabelecimentos, inclusive por meio de compartilhamento das informações fiscais, observado o disposto no inciso II do § 1º do art. 198 da Lei Federal n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional (CTN). (Incluído pelo Decreto n.º [55.782/21](#))

§ 12. Excepcionalmente, diante do agravamento da pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) e das evidências científicas e análises sobre as informações estratégicas em saúde, com fundamento no inciso XX do art. 15 e nos incisos IV, V e VII do art. 17 da Lei Federal n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, poderão ser determinadas, no âmbito dos protocolos de medidas sanitárias segmentadas que trata o art. 19 deste Decreto, em caráter transitório, medidas sanitárias que importem a restrição de atividades essenciais, de maneira a evitar a possível contaminação ou propagação do novo Coronavírus (COVID-19), ressalvadas as referentes à sobrevivência, à saúde e à segurança. (Incluído pelo Decreto n.º [55.783/21](#))

CAPÍTULO VI  
DAS MEDIDAS EMERGENCIAIS NO ÂMBITO DA  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Art. 25.** Os órgãos e as entidades da administração pública estadual direta e indireta deverão adotar, para fins de prevenção da transmissão do novo Coronavírus, no que couber, as medidas permanentes e segmentadas determinadas neste Decreto, observadas as medidas especiais de que trata este capítulo.

**Seção I**  
**Da aplicação de quarentena aos agentes públicos**

~~**Art. 26.** Os Secretários de Estado e os Dirigentes máximos das entidades da administração pública estadual direta e indireta deverão, no âmbito de suas competências, determinar o afastamento, imediatamente, em quarentena, pelo prazo mínimo de quatorze dias, das atividades em que haja contato com outros servidores ou com o público todos os agentes, servidores e empregados públicos, membros de conselho, estagiários e colaboradores que apresentem sintomas de contaminação pelo novo Coronavírus ou que tenham contato ou convívio direto com caso suspeito ou confirmado.~~

~~**Parágrafo único.** Não se aplica o disposto no “caput” deste artigo aos militares e aos servidores com atuação nas áreas da Saúde, Segurança Pública, Administração Penitenciária, Defesa Agropecuária, bem como dos empregados da Fundação de Atendimento Sócio Educativo~~



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

~~e da Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul, que observarão regramento específico.~~

**Art. 26.** Os Secretários de Estado e os Dirigentes máximos das entidades da administração pública estadual direta e indireta deverão, no âmbito de suas competências, encaminhar, imediatamente, para atendimento médico os servidores, os funcionários, os empregados, os estagiários ou os colaboradores que apresentem sintomas de contaminação pelo novo Coronavírus (COVID-19), conforme o disposto no art. 45 deste Decreto, ou que tenham contato domiciliar com caso suspeito ou confirmado, determinando o afastamento do trabalho, conforme determinação médica, ressalvados os casos em que haja protocolos específicos de testagem e retorno à atividade daqueles que tenham resultado negativo. [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.285/20\)](#)

**Parágrafo único.** Não se aplica o disposto no “caput” deste artigo aos militares e aos servidores, aos funcionários ou aos empregados públicos com atuação nas áreas essenciais de que trata o art. 24, em especial as da Saúde, Segurança Pública, Administração Penitenciária, Defesa Agropecuária, Atendimento Sócio Educativo e Proteção Especial de Menores e Adolescentes, que observarão regramento específico estabelecido pelos respectivos titulares dos órgãos e entidades da administração pública estadual direta e indireta. [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.285/20\)](#)

## Seção II

### Do regime de trabalho dos servidores, empregados públicos e estagiários

**Art. 27.** Os Secretários de Estado e os Dirigentes máximos das entidades da administração pública estadual direta e indireta adotarão, para fins de prevenção da transmissão do novo Coronavírus, as providências necessárias para, no âmbito de suas competências:

I - estabelecer que os servidores desempenhem suas atribuições em domicílio, em regime excepcional de teletrabalho, na medida do possível e sem prejuízo ao serviço público;

~~II - organizar, para aqueles servidores ou empregados públicos a que não se faz possível a aplicação do disposto no inciso I deste artigo, bem como para os estagiários, escalas com o revezamento de suas jornadas de trabalho, sempre que possível, dispensando-os, se necessário, do comparecimento presencial, sem prejuízo de suas remunerações ou bolsas auxílio.~~

II - organizar, para aqueles servidores ou empregados públicos a que não se faz possível a aplicação do disposto no inciso I deste artigo, bem como para os estagiários, escalas com o revezamento de suas jornadas de trabalho, sempre que possível, dispensando-os, se necessário, do comparecimento presencial. [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.645/20\)](#)

~~**Parágrafo único.** Terão preferência para o regime de trabalho de que trata o inciso I do “caput” deste artigo os servidores:~~

**§ 1.º** Terão preferência para o regime de trabalho de que trata o inciso I do “caput” deste artigo os servidores: [\(Renumerado pelo Decreto n.º 55.645/20\)](#)

~~I - com idade igual ou superior a 60 anos, exceto nos casos em que o regime de teletrabalho não seja possível em decorrência das especificidades das atribuições, bem como nos casos dos servidores com atuação nas áreas da Saúde, Segurança Pública, Administração Penitenciária, Defesa Agropecuária, bem como os empregados da Fundação de Atendimento Sócio Educativo e da Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul;~~

I - com idade igual ou superior a 60 anos; [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.645/20\)](#)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

- II - gestantes;
- III - portadores de doenças respiratórias ou imunodepressoras; e
- IV - portadores de doenças que, por recomendação médica específica, devam ficar afastados do trabalho durante o período de emergência de que trata este Decreto.

§ 2.º A modalidade de regime excepcional de trabalho prevista no inciso I do “caput” desse artigo não será adotada nos casos em que atribuições dos servidores e empregados públicos sejam incompatíveis, pela sua própria natureza, com o trabalho em domicílio, tais como a atividade-fim nas áreas da Saúde, Segurança Pública, Administração Penitenciária, Defesa Agropecuária e das Fundações de Atendimento Sócio Educativo e de Proteção Especial do Rio Grande do Sul, ressalvada eventual autorização específica e justificada do Secretário de Estado ou do Dirigente máximo da entidade da administração pública estadual. [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.645/20\)](#)

### Seção III Da suspensão de eventos e viagens

**Art. 28.** Ficam suspensas as atividades presenciais de capacitação, de treinamento ou de eventos coletivos realizados pelos órgãos ou entidades da administração pública estadual direta e indireta que impliquem a aglomeração de pessoas, bem como a participação de servidores e empregados públicos em eventos ou em viagens internacionais ou interestaduais.

§ 1.º Eventuais exceções à norma de que trata o “caput” deste artigo deverão ser avaliados e autorizados pelo Governador do Estado.

~~§ 2.º Não se aplica o disposto no “caput” deste artigo, nem o disposto no art. 7.º deste Decreto, aos cursos e demais atividades presenciais promovidos pelas Academias ou Escolas oficiais vinculadas à Secretaria da Segurança Pública.~~

§ 2.º Não se aplica o disposto no “caput” deste artigo: [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.819/21\)](#)

I - aos cursos e demais atividades presenciais promovidos pelas Academias ou Escolas oficiais vinculadas à Secretaria da Segurança Pública e à Secretaria da Administração Penitenciária; e [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.819/21\)](#)

II - às viagens interestaduais de servidores das áreas de Segurança Pública e de Administração Penitenciária realizadas em cumprimento de mandados judiciais, de diligências em inquéritos policiais ou em outros procedimentos de polícia judiciária. [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.819/21\)](#)

### Seção IV Das reuniões

**Art. 29.** As reuniões de trabalho, sessões de conselhos e outras atividades que envolvam aglomerações de pessoas deverão ser realizadas, na medida do possível, sem presença física, mediante o uso por meio de tecnologias que permitam a sua realização à distância.

### Seção V Do ponto biométrico



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

**Art. 30.** Fica dispensada a utilização da biometria para registro eletrônico do ponto, devendo ser realizada a aferição da efetividade por outro meio eficaz de acordo com as orientações definidas no âmbito de cada órgão ou entidade da administração pública estadual direta e indireta.

**Seção VI**  
**Da convocação de servidores públicos**

**Art. 31.** Ficam os Secretários de Estado e os Dirigentes Máximos das entidades da administração pública estadual direta e indireta autorizados a convocar os servidores cujas funções sejam consideradas essenciais para o cumprimento do disposto neste Decreto, especialmente aqueles com atribuições de fiscalização e de perícia médica, dentre outros, para atuar de acordo com as escalas estabelecidas pelas respectivas chefias.

**Seção VII**  
**Dos prestadores de serviço terceirizados**

**Art. 32.** Os Secretários de Estado e os Dirigentes máximos das entidades da administração pública estadual direta e indireta adotarão, para fins de prevenção da transmissão do novo Coronavírus, as providências necessárias para, no âmbito de suas competências:

I - determinar que as empresas prestadoras de serviços terceirizados procedam ao levantamento de quais são os seus empregados que se encontram no grupo risco para avaliação da necessidade de haver suspensão ou a substituição temporária na prestação dos serviços desses terceirizados;

II - estabelecer, mediante avaliação das peculiaridades de cada atividade e da diminuição do fluxo dos respectivos servidores pelas medidas emergenciais de prevenção da transmissão do COVID-19 (teletrabalho e revezamento), observadas as necessidades do serviço público, a implantação de revezamento de turno ou a redução dos serviços prestados pelas empresas terceirizadas ou, ainda, a redução dos postos de trabalho dos contratos de prestação de serviço, limitadamente ao prazo que perdurarem as medidas emergenciais, caso em que deverá ser comunicada a empresa da decisão, bem como da redução do valor proporcional aos custos do vale-transporte e auxílio alimentação que não serão por ela suportados.

**Seção VIII**  
**Das demais medidas de prevenção no âmbito da administração pública estadual**

**Art. 33.** Os órgãos e as entidades da administração pública estadual direta e indireta deverão adotar, para fins de prevenção da transmissão do novo Coronavírus, as seguintes medidas:

I - manter o ambiente de trabalho bem ventilado, com janelas e portas abertas, sempre que possível;

II - limpar e desinfetar objetos e superfícies tocados com frequência;

III - evitar aglomerações e a circulação desnecessária de servidores;

IV - vedar a realização de eventos com mais de trinta pessoas.

**CAPÍTULO VII**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

DA SUSPENSÃO DE PRAZOS E PRORROGAÇÃO DE  
CONTRATOS E OUTROS INSTRUMENTOS

**Seção I**

**Da suspensão dos prazos de defesa e recursais**

**Art. 34.** Ficam suspensos, excepcional e temporariamente, os prazos de defesa e os prazos recursais no âmbito dos processos da administração pública estadual direta e indireta.

~~§ 1.º Não se aplica o disposto no “caput” deste artigo aos prazos referentes aos procedimentos de compras públicas e demais procedimentos licitatórios.~~

§ 1.º Não se aplica o disposto no “caput” deste artigo aos prazos referentes: (Redação dada pelo Decreto n.º 55.384/20)

I - aos procedimentos licitatórios e demais formas de compras públicas, inclusive quanto às decisões de natureza punitiva, desde que os atos de apresentação de defesa e de interposição de recursos possam ser realizados de forma eletrônica, assegurada a ampla defesa, mediante acesso aos documentos por meio eletrônico; (Redação dada pelo Decreto n.º 55.384/20)

II - aos processos ou procedimentos administrativos, inclusive de natureza punitiva, em que os atos de apresentação de defesa e de interposição de recursos possam ser realizados de forma eletrônica, conforme regulamento expedido pelos titulares dos órgãos e entidades da administração pública estadual direta e indireta, assegurada a ampla defesa, mediante acesso aos documentos por meio eletrônico. (Redação dada pelo Decreto n.º 55.384/20)

~~§ 2.º O disposto no caput não impede a realização de julgamento dos recursos protocolados, ainda que em ambiente virtual, de forma eletrônica e não presencial, por meio de solução tecnológica que viabilize a discussão e a votação das matérias, bem como assegure a ampla defesa, inclusive por meio do exercício do direito de defesa oral.~~

§ 2.º Os órgãos e entidades da administração pública estadual direta e indireta poderão realizar audiências e julgamentos colegiados durante o período de que trata o “caput”, desde que utilizada solução tecnológica que viabilize a discussão e a votação das matérias de forma eletrônica, em ambiente virtual, assegurada a ampla defesa, inclusive por meio do exercício do direito de defesa oral, quando cabível. (Redação dada pelo Decreto n.º 55.384/20)

**Seção II**

**Dos Alvarás de Prevenção e Proteção contra Incêndios - APPCI**

~~Art. 35. Os Alvarás de Prevenção e Proteção Contra Incêndios – APPCI que vencerem nos próximos noventa dias serão considerados renovados automaticamente até a data 19 de junho de 2020, dispensada, para tanto, a emissão de novo documento de Alvará, devendo ser mantidas em plenas condições de funcionamento e manutenção todas as medidas de segurança contra incêndio já exigidas.~~

Art. 35. Os Alvarás de Prevenção e Proteção Contra Incêndios – APPCI vencidos a partir de 19 de março de 2020 e que se vencerem até 19 de setembro de 2020 serão considerados renovados automaticamente até esta última data, dispensada, para tanto, a emissão de novo documento de Alvará, devendo ser mantidas em plenas condições de funcionamento e manutenção todas as medidas de segurança contra incêndio já exigidas. (Redação dada pelo Decreto n.º 55.331/20)



**Parágrafo único.** O disposto no “caput” deste artigo não se aplica aos APPCI de eventos temporários, exceto às instalações e construções provisórias destinadas ao atendimento de emergência em decorrência da COVID-19.

### Seção III

#### Dos prazos dos convênios, das parcerias e dos instrumentos congêneres

~~Art. 36.~~ Os convênios, as parcerias e os instrumentos congêneres firmados pela administração pública estadual, na condição de proponente, ficam prorrogados, de ofício, salvo manifestação contrária do Secretário de Estado responsável por seu acompanhamento e fiscalização. [\(REVOGADO pelo Decreto n.º 55.729/21\)](#)

### Seção IV

#### Dos contratos de bens e de serviços de saúde

~~Art. 37.~~ Os contratos de prestação de serviços hospitalares e ambulatoriais e contratos para a aquisição de medicamentos e de assemelhados, cujo prazo de vigência expirar até 31 de julho de 2020, poderão ser prorrogados até 30 de setembro de 2020, por termo aditivo que poderá abarcar mais de um contrato.

~~Art. 37.~~ Os contratos de prestação de serviços hospitalares e ambulatoriais e os contratos para aquisição de medicamentos e de assemelhados, cujo prazo de vigência expirar até 31 de dezembro de 2020, poderão ser prorrogados até 15 de janeiro de 2021, por termo aditivo que poderá abarcar mais de um contrato. [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.384/20\)](#)

~~Parágrafo único.~~ Os preços registrados em atas de registro de preço para a aquisição de medicamentos e de assemelhados, cujo prazo de vigência expirar até 31 de julho de 2020, poderão ser utilizados até 30 de setembro de 2020, por termo de prorrogação que poderá abarcar mais de um registro de preço, em face do certame público que precedeu o registro de preço suprir os requisitos da dispensa de licitação de que tratam os arts. 4.º ao 4.º E da Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

~~Parágrafo único.~~ Os preços registrados em atas de registro de preço para a aquisição de medicamentos e de assemelhados, cujo prazo de vigência expirar até 31 de dezembro de 2020, poderão ser utilizados até 15 de janeiro de 2021, por termo de prorrogação que poderá abarcar mais de um registro de preço, em face do certame público que precedeu o registro de preço suprir os requisitos da dispensa de licitação de que tratam os arts. 4.º ao 4.º E da Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020. [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.514/20\)](#)

~~Art. 37.~~ Os contratos de prestação de serviços hospitalares e ambulatoriais e os contratos para aquisição de medicamentos e de assemelhados, cujo prazo de vigência expirar até 31 de dezembro de 2020, poderão ser prorrogados até 15 de abril de 2021, por termo aditivo que poderá abarcar mais de um contrato. [\(Redação dada pelo Decreto n.º 55.621/20\)](#)

~~Parágrafo único.~~ Os preços registrados em atas de registro de preço para a aquisição de medicamentos e de assemelhados, cujo prazo de vigência expirar até 31 de dezembro de 2020, poderão ser utilizados até 15 de abril de 2021, por termo de prorrogação que poderá abarcar mais de um registro de preço, em face do certame público que precedeu o registro de preço suprir os



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

requisitos da dispensa de licitação de que tratam os arts. 4.º ao 4.º-E da Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020. ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.621/20](#))

### Seção V

#### Da prova de vida dos aposentados, pensionistas e militares inativos

~~Art. 38. Ficam dispensados, pelo prazo de cento e vinte dias, da realização de prova de vida os aposentados, pensionistas e militares inativos vinculados ao Estado e ao Instituto de Previdência do Estado – IPE- PREV.~~

~~Art. 38. Ficam dispensados, até 31 de dezembro de 2020, da realização de prova de vida os aposentados, pensionistas e militares inativos vinculados ao Estado e ao Instituto de Previdência do Estado – IPE- PREV. ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.472/20](#))~~

Art. 38. Ficam dispensados, até 31 de março de 2021, da realização de prova de vida os aposentados, pensionistas e militares inativos vinculados ao Estado e ao Instituto de Previdência do Estado – IPE- PREV. ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.680/20](#))

### CAPÍTULO VIII

#### DAS MEDIDAS NO ÂMBITO DA SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE

**Art. 39.** Ficam autorizados os órgãos da Secretaria da Saúde a, limitadamente ao indispensável à promoção e à preservação da saúde pública no enfrentamento à epidemia de COVID-19, mediante ato fundamentado do Secretário de Estado da Saúde, observados os demais requisitos legais:

I - requisitar bens ou serviços de pessoas naturais e jurídicas, em especial de médicos e outros profissionais da saúde e de fornecedores de equipamentos de proteção individual (EPI), medicamentos, leitos de UTI, produtos de limpeza, dentre outros que se fizerem necessários;

~~II – importar produtos sujeitos à vigilância sanitária sem registro na ANVISA, desde que registrados por autoridade sanitária estrangeira e estejam previstos em ato do Ministério da Saúde; ([REVOGADO pelo Decreto n.º 55.699/20](#))~~

~~III – adquirir bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do COVID-19 (novo Coronavírus), mediante dispensa de licitação, observado o disposto no art. 4.º da Lei Federal n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;~~

III - adquirir bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do COVID-19 (novo Coronavírus), mediante dispensa de licitação, observado o disposto no art. 24 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993. ([Redação dada pelo Decreto n.º 55.699/20](#))

§ 1.º Na hipótese do inciso I deste artigo, será assegurado o pagamento posterior de justa indenização.

§ 2.º Ficam convocados todos os profissionais da saúde, servidores ou empregados da administração pública estadual, bem como os prestadores de serviços de saúde, em especial aqueles com atuação nas áreas vitais de atendimento à população, para o cumprimento das escalas estabelecidas pelas respectivas chefias, de acordo com as determinações dos órgãos da Secretaria da Saúde;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

§ 3.º Os gestores públicos no âmbito da Secretaria da Saúde, os gestores locais e os diretores hospitalares deverão adotar as providências necessárias para determinar o imediato cumprimento pelos profissionais convocados, nos termos do § 2.º, das escalas estabelecidas, sob pena da aplicação das sanções, administrativas e criminais, decorrentes de descumprimento de dever funcional e abandono de cargo.

§ 4.º Sempre que necessário, a Secretaria da Saúde solicitará o auxílio de força policial para o cumprimento do disposto no inciso I do caput deste artigo.

CAPÍTULO IX  
DAS MEDIDAS EMERGENCIAIS NO ÂMBITO DOS MUNICÍPIOS

**Art. 40.** Os Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, no âmbito de suas competências, deverão adotar as medidas necessárias para a prevenção e o enfrentamento à epidemia de COVID-19, em especial:

I - determinar a fiscalização, pelos órgãos municipais responsáveis, acerca do cumprimento das proibições e das determinações estabelecidas neste Decreto;

II - determinar aos operadores do sistema de mobilidade, aos concessionários e permissionários do transporte coletivo e seletivo por lotação, bem como a todos os responsáveis por veículos do transporte coletivo e individual, público e privado, de passageiros, inclusive os de aplicativos, a adoção, no mínimo, das medidas estabelecidas neste Decreto.

**Parágrafo único.** Fica vedado aos Municípios a adoção de medidas restritivas ao exercício das atividades essenciais de que trata este Decreto, bem como ao ingresso e à saída de pessoas e veículos de seus limites territoriais, ressalvadas, neste último caso, as determinações emitidas pelas autoridades sanitárias competentes, conforme o disposto na Lei Federal n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

CAPÍTULO X  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS  
**Seção I**  
**Das disposições gerais**

**Art. 41.** Os Secretários de Estado e os Dirigentes Máximos dos órgãos e das entidades da administração pública estadual direta e indireta deverão adotar as providências necessárias ao cumprimento do estabelecido neste Decreto, bem como para emitir as normas complementares que se façam necessárias, no âmbito de suas competências.

**Art. 42.** Será considerada falta justificada ao serviço público ou à atividade laboral privada o período de ausência decorrente das medidas de que trata o art. 3.º da Lei Federal n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

**Parágrafo único.** O disposto no “caput” não se aplica aos militares e aos servidores com atuação nas áreas da Saúde, Segurança Pública, Administração Penitenciária, Defesa Agropecuária, nem aos empregados da Fundação de Atendimento Sócio Educativo e da Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul, nem àqueles convocados, nos termos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

deste Decreto, para atuar conforme as orientações dos Secretários de Estado das respectivas Pastas ou dos Dirigentes Máximos das Fundações.

**Art. 43.** A PROCERGS - Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - disponibilizará, de forma não onerosa, a alternativa de tunelamento simplificado, enquanto durar o estado de calamidade reiterado por este Decreto, com o objetivo de garantir as condições tecnológicas para teletrabalho, no âmbito da administração pública estadual.

**Art. 44.** Fica autorizada a cedência de empregados da Fundação de Atendimento Sócio Educativo e da Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul para atuar, excepcional e temporariamente, em funções correlatas às atribuições do emprego de origem, independentemente de atribuição de função gratificada ou cargo comissionado, junto ao Departamento de Direitos Humanos da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, exclusivamente enquanto durarem as medidas de prevenção e enfrentamento à epidemia de COVID-19.

**Seção I-A**

(Incluído pelo Decreto n.º [55.270/20](#))

**Do Sistema de Monitoramento da COVID-19**

(Incluído pelo Decreto n.º [55.270/20](#))

**Art. 44-A.** Os hospitais da rede pública e da rede privada deverão registrar, diariamente, no Sistema de Monitoramento da COVID-19 disponibilizado pela Secretaria Estadual da Saúde, os dados atualizados referentes à COVID-19 na sua instituição, indicando taxa de ocupação, número de respiradores e de pacientes internados suspeitos e confirmados, sendo responsabilidade da direção-geral do hospital a inserção dos dados. (Incluído pelo Decreto n.º [55.270/20](#))

**Art. 44-B.** Os serviços de saúde da rede pública e privada do Estado do Rio Grande do Sul devem notificar, imediatamente, no Sistema SIVEP-Gripe, em caráter compulsório, todos os casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) hospitalizados, bem como os óbitos por SRAG, estes independentemente de hospitalização. (Incluído pelo Decreto n.º [55.270/20](#))

**Art. 44-C.** As autoridades estaduais deverão adotar as providências cabíveis para a punição cível, administrativa e criminal, quando for o caso, dos responsáveis pelo eventual descumprimento do disposto nos arts. 44-A e 44-B. (Incluído pelo Decreto n.º [55.270/20](#))

**Seção I-B**

(Incluído pelo Decreto n.º [55.309/20](#))

**Do Sistema de Controle e Transparência das Contratações para Aquisição de Bens, Serviços e Insumos Destinados ao Enfrentamento da Epidemia de COVID-19**

(Incluído pelo Decreto n.º [55.309/20](#))

**Art. 44-D.** A aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da epidemia de COVID-19 observará o disposto na Lei Federal n.º



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e demais normas aplicáveis. [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.309/20\)](#)

§ 1.º Todas as contratações realizadas conforme o disposto no “caput” deste artigo serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3.º do art. 8.º da Lei Federal n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição. [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.309/20\)](#)

§ 2.º O exame prévio de legalidade e juridicidade pela Procuradoria-Geral do Estado das contratações de que trata o “caput” deste artigo observará o disposto em ato do Procurador-Geral do Estado. [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.309/20\)](#)

§ 3.º Os atos da execução orçamentária e financeira das contratações de que trata o “caput” deste artigo serão submetidos ao exame prévio da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, observadas as normativas próprias. [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.309/20\)](#)

§ 4.º Para assegurar a lisura e a transparência das contratações de que trata o “caput” deste artigo, os respectivos instrumentos, contratos e editais serão disponibilizados imediatamente após a sua assinatura ou publicação aos integrantes do Conselho de Crise para o Enfrentamento da Epidemia de COVID-19, composto por representantes dos Poderes, órgãos e instituições do Estado, bem como por representantes de entidades e organizações da sociedade civil, conforme o disposto no art. 2.º do Decreto n.º [55.129](#), de 19 de março de 2020, os quais poderão solicitar, a qualquer tempo, acesso à íntegra dos respectivos processos. [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.309/20\)](#)

## Seção II Dos sintomas da COVID-19

**Art. 45.** Consideram-se sintomas de contaminação pelo novo Coronavírus, para os fins do disposto neste Decreto, a apresentação de febre, de tosse, de dificuldade para respirar, de produção de escarro, de congestão nasal ou conjuntival, de dificuldade para deglutir, de dor de garganta, de coriza, saturação de O<sub>2</sub> < 95%, de sinais de cianose, de batimento de asa de nariz, de tiragem intercostal e de dispneia.

## Seção III Da vigilância sanitária de portos, de aeroportos e de fronteiras

**Art. 46.** A atribuição supletiva do Estado e dos Municípios do Rio Grande do Sul de exercer a vigilância sanitária de portos, de aeroportos e de fronteiras, de que trata o inciso IV do art. 2.º da Lei Federal n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, observará o disposto em Decreto específico.

## Seção IV Da suspensão da eficácia das medidas municipais



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

**Art. 47.** Fica suspensa a eficácia das determinações municipais que conflitem com as normas estabelecidas neste Decreto, respeitada a atribuição municipal para dispor sobre medidas sanitárias de interesse exclusivamente local e de caráter supletivo ao presente Decreto.

**Seção V**  
**Das sanções**

**Art. 48.** Constitui crime, nos termos do disposto no art. 268 do Código Penal, infringir determinação do Poder Público destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa.

**Parágrafo único.** As autoridades deverão adotar as providências cabíveis para a punição, cível, administrativa e criminal, bem como para a prisão, em flagrante, quando for o caso, de todos aqueles que descumprirem ou colaborarem para o descumprimento das medidas estabelecidas neste Decreto.

**Art. 48-A.** O descumprimento das medidas sanitárias permanentes e segmentadas definidas nos termos deste Decreto será punido, nos termos dos arts. 2º, 3º, alínea c, 6º, 10 e 58 da Lei Estadual nº 6.503, de 22 de dezembro de 1972, com as sanções estabelecidas nos arts. 2º e 10 da Lei Federal 6.437, de 20 de agosto de 1977, na forma do disposto nos arts. 48 e 48-B deste Decreto. [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

**Art. 48-B.** Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, são infrações às medidas sanitárias estabelecidas para a prevenção e enfrentamento à pandemia de COVID-19, passíveis das seguintes sanções: [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

I - impedir ou dificultar a aplicação de medidas sanitárias relativas às doenças transmissíveis pelas autoridades sanitárias: [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

pena - advertência, e/ou multa; [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

II - obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades sanitárias competentes no exercício de suas funções: [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

pena - advertência, intervenção, interdição, cancelamento de licença e/ou multa; [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

III - transgredir outras normas legais e regulamentares destinadas à proteção da saúde: [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto; suspensão de venda e/ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto; interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento, proibição de propaganda e/ou multa; [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

IV - descumprir a proibição determinada em Decreto ou ato da Secretaria da Saúde de abertura de estabelecimentos comerciais para atendimento ao público: [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

pena - advertência; interdição parcial ou total do estabelecimento; cancelamento de autorização para funcionamento da empresa; cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento; e/ou multa; [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

V - descumprir os protocolos que estabelecem as medidas sanitárias segmentadas para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19): [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

pena – advertência; interdição parcial ou total do estabelecimento; cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento; proibição de propaganda e/ou multa; [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

VI - descumprir a proibição determinada em Decreto ou ato da Secretaria da Saúde de realização de festas, reuniões ou eventos, formação de filas e aglomerações de pessoas nos recintos ou nas áreas internas e externas de circulação ou de espera, bem como nas faixas de areia das praias, calçadas, portarias e entradas dos prédios e estabelecimentos, públicos ou privados: [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

pena - advertência, interdição parcial ou total do estabelecimento, e/ou multa; [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

VII - descumprir a determinação legal de manter boca e nariz cobertos por máscara de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos coletivos: [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

pena – advertência ou multa; [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

VIII - descumprir os demais atos emanados das autoridades sanitárias competentes visando à aplicação da legislação pertinente, não especificados nos incisos IV a VII deste artigo: [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou de fabricação do produto, cancelamento do registro do produto; interdição parcial ou total do estabelecimento; cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento, proibição de propaganda e/ou multa. [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

§ 1.º A pena de multa consiste no pagamento das seguintes quantias: [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

I - nas infrações leves, de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais); [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

II - nas infrações graves, de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

III - nas infrações gravíssimas, de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

§ 2.º As multas previstas neste artigo serão aplicadas em dobro em caso de reincidência. [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

§ 3.º Sem prejuízo do disposto nos §§ 4.º e 5.º deste artigo, na aplicação da penalidade de multa a autoridade sanitária competente levará em consideração a capacidade econômica do infrator. [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

§ 4.º As infrações sanitárias classificam-se em: [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

I - leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstância atenuante; [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

II - graves, aquelas em que for verificada uma circunstância agravante; [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

III - gravíssimas, aquelas em que seja verificada a existência de duas ou mais circunstâncias agravantes. [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

§ 5.º Para a imposição da pena e a sua graduação, a autoridade sanitária levará em conta: [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

I - as circunstâncias atenuantes e agravantes; [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

II - a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde pública; [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

III - os antecedentes do infrator quanto às normas sanitárias. [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

§ 6.º São circunstâncias atenuantes: [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

I - a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do evento; [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

II - a errada compreensão da norma sanitária, admitida como escusável, quanto patente a incapacidade do agente para atender o caráter ilícito do fato; [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

III - o infrator, por espontânea vontade, imediatamente, procurar reparar ou minorar as consequências do ato lesivo à saúde pública que lhe for imputado; [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

IV - ter o infrator sofrido coação, a que podia resistir, para a prática do ato; [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

V - ser o infrator primário, e a falta cometida, de natureza leve. [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

§ 7.º São circunstâncias agravantes: [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

I - ser o infrator reincidente; [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

II - ter o infrator cometido a infração para obter vantagem pecuniária decorrente do consumo pelo público do produto elaborado em contrário ao disposto na legislação sanitária; [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

III - o infrator coagir outrem para a execução material da infração; [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

IV - ter a infração consequências calamitosas à saúde pública; [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

V - se, tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada tendentes a evitá-lo; [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

VI - ter o infrator agido com dolo, ainda que eventual fraude ou má fé. [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

§ 8.º A reincidência específica torna o infrator passível de enquadramento na penalidade máxima e a caracterização da infração como gravíssima. [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

§ 9.º Havendo concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes à aplicação da pena, será considerada em razão das que sejam preponderantes. [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

§ 10. Se o infrator, por espontânea vontade, imediatamente, procurar reparar ou minorar as consequências do ato lesivo à saúde pública que lhe for imputado, a autoridade aplicará a sanção de advertência para as infrações de que tratam os incisos I a VIII do caput deste artigo. [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

§ 11. Não se aplicará o disposto no § 10 deste artigo quando o infrator, comunicado, ainda que verbalmente, da infração, resistir ao imediato cumprimento das medidas sanitárias vigentes ou já tiver sido punido com a pena de advertência ou mais grave. [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

§ 12. Nas hipóteses de que tratam os incisos IV, V e VI do “caput” deste artigo, quando não aplicável o disposto no § 10 deste artigo, a autoridade providenciará a imediata interdição cautelar do estabelecimento, por prazo não superior a noventa dias ou até que regularizada a situação, sem prejuízo da aplicação da multa ou outras sanções cabíveis. [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

§ 13. Na hipótese de que trata o inciso VII do “caput” deste artigo, quando não aplicável o disposto no § 10 deste artigo, será aplicada ao infrator a multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e, em caso de reincidência, a multa de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

§ 14. Nas hipóteses em que a infração for cometida, simultaneamente, por duas ou mais pessoas, cada uma delas será punida de acordo com a gravidade da infração. [\(Incluído pelo Decreto n.º 55.782/21\)](#)

### **Seção VI** **Das disposições finais**

**Art. 49.** Os casos omissos e as eventuais exceções à aplicação deste Decreto serão definidos pelo Governador do Estado.

**Art. 50.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado os Decretos n.º [55.154](#), de 1.º de abril de 2020, n.º [55.162](#), de 3 de abril de 2020, n.º [55.177](#), de 8 de abril de 2020, n.º [55.184](#), de 15 de abril de 2020, n.º [55.185](#), de 16 de abril de 2020, n.º [55.220](#), de 30 de abril de 2020.

**PALÁCIO PIRATINI**, em Porto Alegre, 10 de maio de 2020.

**Legislação compilada pelo Gabinete de Consultoria Legislativa.**